

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**A ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA DO PLANO REAL E O
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PERÍODO**

Anderson Oltramari Jaskulski

Porto Alegre

Junho/2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**A ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA DO PLANO REAL E O
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PERÍODO**

Anderson Oltramari Jaskulski

Orientador: Julio César de Oliveira

**Monografia apresentada ao departamento
de Ciências Econômicas como pré-requisito
para obtenção do Grau de Bacharel em
Ciências Econômicas.**

Porto Alegre

Junho/2010

Agradecimentos

Agradeço a minha família que me apoiou desde o vestibular e me deram guarida nos diversos problemas enfrentados durante os cinco anos de curso. Pelos pesares da vida nem todos estão presentes, mas mesmo assim, sempre estão por perto.

Ao meu professor Julio pela orientação e ajuda nos detalhes técnicos do TCC.
Aos demais professores da faculdade que promovem o conhecimento em uma instituição pública de excelência em ensino.

Aos meus amigos que contribuíram de alguma forma até este presente momento. Desde ajudas para estudos pra provas até aos momentos de descontração antes, durante e depois das aulas.

“ *Aqui jaz a moeda que acumulou, de julho de 1965 a junho de 1994, uma inflação de **1,1 quatrilhão por cento**. Sim, inflação de 16 dígitos, em três décadas. Ou precisamente, um IGP-DI de **1.142.332.741.811.850%**. Dá para decorar? Perdemos a noção disso porque realizamos quatro reformas monetárias no período e em cada uma delas deletamos três dígitos da moeda nacional. Um descarte de 12 dígitos no período. Caso único no mundo, desde a hiperinflação alemã dos anos 1920.*

”

—
Joelmir
Beting

Sumário

2 Teorias de inflação.....	10
2.1 Índices de Preços.....	12
2.2 Aspectos Fiscais e Monetários da Inflação.....	14
2.3 Relação entre Crescimento e Inflação.....	16
2.4 Concepções e Fatores que Contribuem para o Desenvolvimento Econômico.....	17
2.4.1 Fatores que Contribuem para o Desenvolvimento Econômico.....	19
A) Crescimento do PIB.....	19
B) Pobreza, Miséria e Subdesenvolvimento.....	19
C) Nutrição e Expectativa de Vida.....	20
D) Índices de Desenvolvimento Humano Mundial (IDH).....	21
E) Coeficiente de GINI.....	21
3 Planos Heterodoxos.....	25
3.1 Brasil pré-Cruzado.....	25
3.2 Plano Cruzado.....	26
3.3 Plano Bresser.....	29
3.4 Plano Verão.....	32
3.5 Plano Brasil Novo (Collor).....	36
3.5.1 O período do plano.....	38
3.5.1.1 Política monetária.....	38
3.5.1.2 Política fiscal.....	41
3.5.1.3 Reforma Administrativa e Patrimonial.....	42
3.5.1.4 Política de Renda.....	42
3.5.1.5 Política Cambial e Exterior.....	43
3.6 Plano Collor II.....	44
4 O Plano Real.....	46
4.1 Período Pré Real.....	46
4.2 O Ajuste Fiscal.....	48
4.3 Reforma Monetária.....	49
4.4 A Âncora Cambial.....	51
4.5 A Política Fiscal.....	52
4.6 Crises internacionais.....	55
4.6.1 Crise do México.....	55
4.6.2 Crise da Ásia.....	55
4.6.3 Crise da Rússia.....	56
4.7 Metas de inflação.....	58
4.8 Desenvolvimento Econômico do Período do Plano Real.....	60
5 Conclusão.....	68
Bibliografia.....	71

Sumário de tabelas

Tabela 1 - Características dos principais índices de preços.....	13
Tabela 2 - Inflação em áreas selecionadas 1981-1990 (% ao ano).....	14
Tabela 3 - Relação dos gastos em % do PNB com educação e saúde em países.....	19
Tabela 4 Estimativa de Pobreza no Brasil 1981-1990.....	22

Tabela 5: Brasil – Taxa de Crescimento do PIB Total e Per Capita – 1978/87 (%).....	24
Tabela 6: Inflação no Brasil de 1978 a 1987 medido pelo (IGP).....	27
Tabela 7: Inflação brasileira de 1992 a 1993 mês a mês. (IGP).....	45
Tabela 8 - Déficit do setor público brasileiro 1994-1998 (R\$ milhões).....	52
Tabela 9 - Necessidade de financiamento do setor público (% PIB).....	52
Tabela 10 Balanço de Pagamentos Brasil 1993 a 1998 US\$ Bilhões.....	54
Tabela 11 - Histórica de metas de inflação no Brasil.....	58
Tabela 12 Principais indicadores de desenvolvimento econômico no Brasil de 1990 a 2008.....	61
Tabela 13 – Indicadores de pobreza e extrema pobreza no Brasil – 2001-2007.....	62
Tabela 14: Média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais, por categorias selecionadas (1992-2007).....	63
Tabela 15 – taxa de frequência a escola, segundo faixas etárias Brasil(1992-2007).....	64

Sumário de Gráficos

Gráfico 1 - Curva de Lorenz.....	21
Gráfico 2 – Evolução da desigualdade na renda familiar per capita.....	59
Gráfico 3 – Taxa (%) de crescimento do PIB e PIB per capita (1995-2004).....	60
Gráfico 4: Participação relativa de fatores para declínio da desnutrição infantil entre 1996 a 2007 no Brasil.....	65

Sumário de Quadros

Quadro 1: O Bloqueio de Liquidez do Plano Collor – Medida Provisória 168, 15/03/1990, depois Lei n. 8.024, 12/04/1990.....	36
--	----

1 Introdução

O Brasil como uma nação que busca a inserção em políticas mundiais como o seleto grupo do chamado G-20 (dos vinte países mais ricos do mundo), bem como um país com relevância política junto a de importância na ONU (Organização das Nações Unidas) precisa de uma estabilidade econômica que proporcione um crescimento e, além disso, desenvolvimento econômico para o país.

Após o período de crescimento acelerado do chamado milagre econômico e do chamado segundo choque do petróleo em 1979, o Brasil enfrentou diversos problemas com inflação elevadíssima que travaram o crescimento do país.

A partir de 1985 foram tentadas diversas políticas com planos heterodoxos de controle de inflação com a intenção de estabilizar a economia do país. Estes planos heterodoxos que totalizam cinco, obtiveram êxito apenas no curto prazo e já num período seguinte a inflação voltava com ainda mais força. Foi então que em 1993 foi idealizado o Plano Real que com suas idéias diferenciadas em relação aos demais planos. O Plano Real logrou êxito no combate a inflação e permitiu que o Brasil voltasse a obter a estabilidade desejada após quase 10 anos de planos heterodoxos.

O objetivo principal deste trabalho será analisar as mudanças nas políticas fiscal, monetária e cambial ocorridas no Brasil no período do Plano Real, bem como analisar dados de referência de desenvolvimento econômico do país do início do plano até 2008.

O trabalho será dividido em 5 capítulos. O primeiro será introdução, o segundo abordará conceitos de inflação e desenvolvimento econômico. O terceiro capítulo será efetuado uma análise dos cinco planos heterodoxos aplicados no Brasil a partir de 1985 com o Plano Cruzado no governo de José Sarney. O quarto capítulo realizará uma análise das diversas políticas de estabilização efetuadas durante o período do plano Real. Desde as políticas de

ajuste até o período de 1999 com a adoção de metas de inflação pelo Banco Central. Após esta análise será apreciado dados estatísticos para analisar o desenvolvimento econômico do período do Plano Real no Brasil. Por fim o quinto e último capítulo apresentará as conclusões obtidas neste trabalho.

2 Teorias de inflação

Segundo Sachs (2000) a inflação pode ser definida como uma alteração percentual nos níveis de preços, de bens internos e externos, que será utilizada a média desses preços. Para calcular a inflação utiliza-se uma variação mensurada pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que é a média de preços de varejo de uma cesta de mercado fixa que abrange bens e serviços.

Para Friedman (1969) a inflação ocorre quando a quantidade de moeda aumenta muito rapidamente – acima da velocidade da produção. Quanto mais alto for o aumento da quantidade de moeda relativa ao aumento de uma unidade de produção maior será a inflação.

A inflação pode ser mensurada pela variação do nível geral de preços da economia em um determinado momento, que é demonstrada pela equação abaixo.

$$\hat{P}_t = (P_t - P_{t-1}) / P_{t-1}$$

Onde:

\hat{P}_t : Taxa de inflação no período t

P_t : índice de preços no fim do período t

P_{t-1} : índice de preços no fim do período t- 1.

Segundo Sachs (2000) é necessário distinguir um aumento de preços esporádicos com um aumento persistente de preços; no primeiro caso se dá em razão de um choque como aumento no preço do combustível e o segundo se dá por problemas crônicos de governo, por exemplo.

Segundo (Pinho, 2004) a inflação pode ser classificada em quatro tipos diferentes. A Inflação de demanda: refere-se ao excesso de demanda agregada em relação à produção disponível de bens e serviços na economia. É causada pelo crescimento dos meios de pagamento, que não é acompanhado pelo crescimento da produção. Ocorre apenas quando a economia está próxima do pleno-emprego, ou seja, não pode aumentar substancialmente a oferta de bens e serviços em curto prazo.

Já a inflação de custos: tem suas causas nas condições de oferta de bens e serviços na economia. O nível da demanda permanece o mesmo, mas os custos de certos fatores importantes aumentam, levando à retração da oferta e provocando um aumento dos preços de mercado.

Pode-se citar também a inflação inercial: é a aquela em que a inflação presente é uma função da inflação passada. Deve-se à inércia inflacionária, que é a resistência que os preços de uma economia oferecem às políticas de estabilização que atacam as causas primárias da inflação. Seu grande vilão é a "indexação", que é o reajuste do valor das parcelas de contratos pela inflação do período passado.

Por fim, a inflação estrutural: a corrente estruturalista supunha que a inflação em países em vias de desenvolvimento é essencialmente causada por pressões de custos, derivados de questões estruturais como a agrícola e a de comércio internacional.

Em caso de inflação contínua ela apresenta certos custos. A inflação acentuada gera perda do valor de compra da moeda e aumento do custo nominal dos bens e serviços oferecidos ao cidadão. Porém é necessário observar a diferença entre a inflação prevista – que está nas expectativas dos agentes – e a não antecipada que surge como além da previsão dos agentes (Sachs; 2000).

Uma inflação ainda que prevista impõe custos a população. O aumento do imposto inflacionário, bem como a perda da eficiência vem acompanhado de taxas de juros mais altas o que reflete diretamente no custo de oportunidade de

reter dinheiro. A impossibilidade de prever a inflação do período seguinte ou a necessidade de realizar o consumo imediato afeta a população

A inflação afeta também os impostos, caso estes tenham uma defasagem em sua coleta (reduz a arrecadação governamental), que por sua vez utiliza-se do chamado imposto inflacionário para compor sua receita e evitar a defasagem proporcionada entre a coleta e o ato do imposto.

A inflação não prevista gera transferência de renda e riqueza entre os diversos grupos econômicos da população. Por fim pode-se citar a tomada de decisões erradas devido às expectativas existentes quando estas não se confirmam devido a inflação não esperada.

2.1 Índices de Preços

Os índices de preços são utilizados para mensurar a inflação de um determinado lugar em um determinado período. Este mostra a relação entre o preço de uma cesta de bens e serviços em vários anos e o preço da mesma correspondente no ano-base. No ano base o índice é igual a 100 e aumenta ou diminui de acordo com a cesta de consumo – caso ela aumente o índice subirá (Froyen, 1999).

Já para Versiani (2005):

“Índices de preços são números que representam uma média ponderada de determinado conjunto de preços. Sua variação mede, portanto, a variação média dos preços do conjunto considerado ao longo do tempo. Esse conjunto pode ser constituído dos preços de uma cesta de bens de consumo, de produtos agrícolas ou industriais, de produtos exportados ou importados, etc. O cômputo de um índice de preços baseia-se num sistema de ponderação, que define a importância relativa de cada bem ou serviço no conjunto de preços considerado.” (Versiani, 2005, p. 001)

No Brasil diversos índices foram criados com finalidades diversas. Por exemplo, o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) fora criado com o

intuito de corrigir as operações financeiras de longo prazo principalmente. Já o índice Geral de Preços (IGP-DI/FGV), foi criado em 1944 com a finalidade de mensurar o comportamento geral de preços na economia brasileira é uma média mensurada de diversos outros índices como o Índice de Preços no atacado (IPA), Índice de Preços ao Consumidor (ICP) e o Índice Nacional da Construção Civil (INCC). O IPC (Índices de Preços ao Consumidor) mede os preços de varejo de uma cesta de composição fixa em que incluem bens e serviços adquiridos pelas famílias pesquisadas, chamada cesta de mercado (FGV 2010).

O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) é o índice oficial utilizado no Brasil para mensurar a inflação do período, este é calculado pelo Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE). O índice mostra a variação dos preços nas cestas de consumo das famílias que possuem renda entre 1 a 4 salários mínimos (entre R\$ 510,00 e R\$2.040,00 em 01/01/2010). A partir desta estatística o Banco Central do Brasil prepara a política para cumprir as metas de inflação estabelecidas. (IBGE 2010)

O IGP mensura o nível de preços de todos os setores produtivos da economia considerados em conjunto. O IGP, calculado desde a década de 1940 pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), do Rio de Janeiro. O IGP é uma média ponderada de um IPC, um IPA e um índice de preços construção civil. Dependendo do IPA usado no cálculo, existe o IGP-OG e o IGP-DI. Este último é o geralmente utilizado.

Visto esta grande diversidade de índices no país, os principais são os apurados pelo IBGE que calcula o índice de preços ao consumidor, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) que também calcula índice de preços ao consumidor e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) que faz o índice de preços ao consumidor de São Paulo (Bacen, 2010).

Tabela 1 – Características dos principais índices de preços

Instituto	Índice	Índices Componentes	Faixa de Renda	Área de Abrangência	Coleta	Divulgação	Início da Série
IBGE	IPCA-15	não há	1 a 40 SM	11 maiores Regiões Metropolitanas	Dia 16 do mês anterior ao dia 15 do mês de referência	Até o dia 25 do mês de referência	2000
	IPCA				Até o dia 15 do mês subsequente	1979	
	INPC		1 a 8 SM		Até o dia 15 do mês de referência	1979	
FGV	IGP-10	IPA IPC INCC	1 a 33 SM no IPC ponderado com	12 maiores Regiões Metropolitanas	Dia 11 do mês anterior ao dia 10 do mês de referência	Até o dia 20 do mês de referência	1994
	IGP-M	IPA IPC INCC			Preços por Atacado e da Construção	Dia 21 do mês anterior ao dia 20 do mês de referência 1ª Previsão dia 21 a 30 2ª Previsão dia 21 a 10	Até o dia 30 do mês de referência 1ª Previsão - até dia 10 2ª Previsão - até dia 20
	IGP-DI	IPA IPC INCC	Preços por Atacado e da Construção		Dia 1ª ao dia 30 do mês de referência	Até o dia 10 do mês subsequente	1944
Fipe	IPC-Fipe	não há	1 a 20 SM	Município de São Paulo	Dia 1ª ao dia 30 do mês de referência	Até o dia 10 do mês subsequente	1939

Fonte: IBGE, FGV e Fipe (2010)

Na Tabela 1, pode-se observar um resumo dos diversos índices de preços que são mensurados no Brasil com os respectivos institutos e critérios.

2.2 Aspectos Fiscais e Monetários da Inflação.

Nos períodos entre 1981 e 1990 foram observados grandes índices de inflação em países em desenvolvimento ocidentais, como mostra a tabela 2. Estes altíssimos índices foram gerados devido ao grande endividamento anterior, para cumprir com os déficits orçamentários, que após 1979 devido à crise do petróleo, houve aumento na taxa de juros e diminuição das ofertas de empréstimo. Este déficit recorrente passou a ser pago com emissão de moeda (senhoragem) pelo banco Central (Carneiro, 2002).

Tabela 2 - Inflação em Áreas selecionadas, 1981 - 1990 (% ao ano)

Área / Ano	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Nações industrializadas	8,8	7,4	5,2	4,4	3,7	3,4	3,0	3,3	4,0	4,1
Nações asiáticas em desenvolvimento	10,7	6,4	6,6	6,1	6,0	8,7	89,5	14,4	11,7	7,9
Nações em desenvolvimento no hemisfério ocidental	59,7	67,1	109	134	145	87,8	131	286	533	768

Fonte: FMI, World Outlook, maio de 1991

O recorrente déficit orçamentário obriga o governo a recorrer a uma das três saídas abaixo.

- Empréstimo do setor privado
- redução de reservas em moeda estrangeira
- Emissão de moeda (senhoragem)

No caso nacional o déficit justamente é gerado devido à alta de juros básica que reflete em aumento do serviço da dívida externa, portanto esta opção será a mais difícil de arrolar novos empréstimos. Outro aspecto que pode ser explorado é diminuir as reservas em moeda estrangeira para equilibrar o déficit orçamentário, contudo, em recorrentes déficits estas reservas secam. Por fim resta ao governo emitir moeda. Dornbush (1990) menciona que o governo pode acabar com o déficit orçamentário com um aumento de impostos e diminuição dos gastos públicos, porém esta alternativa é pouco mencionada devido à repercussão na nação inteira com aumento da carga tributária e diminuição de serviços prestados em razão da dívida do governo.

Em taxas de câmbio fixas, uma tentativa de empréstimo junto ao Banco Central vai gerar um aumento na base monetária, e resultará em perda de reservas e posterior inversão do aumento da oferta monetária. Enquanto houver reservas de moeda estrangeira poderá ser evitada a inflação, porém se persistir os déficits o Banco Central será obrigado a permitir que a moeda flutue

e conseqüente desvalorização da moeda. Aparece então a crise do balanço de pagamentos.

Em taxas de cambio flexível e com a mesma situação, o Governo não pode tomar empréstimo e não tem mais reservas estrangeiras, resta apenas a alternativa de emitir moeda. Com déficit do orçamento publico financiado por emissão de moeda é apresentado na seguinte equação:

$$DEF = [P^{\wedge}/(1+P^{\wedge})].(M/P)$$

Onde:

DEF = déficit orçamentário

$P^{\wedge}/(1+P^{\wedge})$ = alíquota do imposto inflacionário

P^{\wedge} = taxa de inflação

M/P = nível de saldos monetários

Nesse caso, o déficit orçamentário é financiado através de um imposto inflacionário sobre os saldos monetários reais. Como o Governo quita suas despesas emitindo moeda, obtém receita deste imposto inflacionário. Ou seja, este imposto é pago automaticamente conforme as famílias vão sofrendo a perda do valor do dinheiro.

Em suma, com o câmbio flutuante, déficits recorrentes revelam uma taxa variável com depreciação persistente na taxa de juros, já com o cambio fixo, o governo tem a oportunidade de administrar os déficits sem gerar inflação mas dependerá de suas reservas internacionais (Sachs, 2000).

2.3 Relação entre Crescimento e Inflação

A estabilidade da inflação de uma economia é importante para a criação de relações que permitam o crescimento da economia. O trade-off entre

inflação e desemprego, descrito na curva de Phillips, demonstra esta relação entre os níveis de preços e a atividade econômica real.(Mankiv, 1995).

A inflação afeta diretamente o crescimento econômico visto que ela gera uma dificuldade muito maior na tomada de decisões por parte dos agentes econômicos frente aos sinais do mercado. Quando os níveis nominais de preços estão subindo, os agentes podem encontrar dificuldade de em distinguir se são apenas em nível nominal ou é o índice geral de preços (IGP) que sobe.

Este embate sobre expectativas e inflação gerou uma discussão na metade do século passado sobre a teoria. Os monetaristas, keynesianos e estruturalistas que proporcionaram o embate teórico, além do efeito Tobin.

Os monetaristas que tem suas idéias baseadas na teoria de Milton Friedman (1992) têm a inflação como prejudicial ao crescimento.

Já para os keynesianos a inflação é ocasionada por pressões nos custos de produção ou desajustes temporários em contas públicas, e não interfere diretamente no crescimento econômico. (Fischer, 1977).

Os estruturalistas (Comissão Econômica para estudos as América Latina e Caribe – CEPAL) buscaram explicar a inflação em nações em desenvolvimento devido a suas diferenças econômicas entre as nações industrializadas e desenvolvidas.

O efeito Tobin mostra uma relação entre diferentes taxas de crescimento de longo prazo da oferta de moeda e crescimento de longo prazo do produto.

2.4 Concepções e Fatores que Contribuem para o Desenvolvimento Econômico.

Para uma corrente de teóricos, desenvolvimento econômico é sinônimo de crescimento econômico. Já uma segunda corrente voltada para a realidade

empírica entende que crescimento econômico é uma variável indispensável para o desenvolvimento econômico (Souza, 2009).

Para Sandroni (2002) crescimento econômico é:

“Aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica. É definido basicamente pelo índice anual do Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita*. O crescimento de uma economia é indicado ainda pelo índice de crescimento da força de trabalho, pela proporção da receita nacional poupada e investida e pelo grau de aperfeiçoamento tecnológico” (Sandroni, 2002, p. 141).

Pode-se observar que este conceito baseia se em aspectos quantitativos, como o Produto Nacional Bruto (PNB) diferentemente do conceito de desenvolvimento econômico para o mesmo autor:

“Crescimento econômico (aumento do Produto Nacional Bruto *per capita*) acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura de sua economia. O estudo do desenvolvimento econômico e social partiu da constatação da profunda desigualdade, de um lado, entre os países que se industrializaram e atingiram elevados níveis de bem-estar material, compartilhados por amplas camadas da população, e, de outro, aqueles que não se industrializaram e por isso permaneceram em situação de pobreza e com acentuados desníveis sociais. (...) O desenvolvimento de cada país depende de suas características próprias (situação geográfica, passado histórico, extensão territorial, população, cultura e recursos naturais). De maneira geral, contudo, as mudanças que caracterizam o desenvolvimento econômico consistem no aumento da atividade industrial em comparação com a atividade agrícola, migração da mão-de-obra do campo para as cidades, redução das importações de produtos industrializados e das exportações de produtos primários e menor dependência de auxílio externo. A Organização das Nações Unidas usa os seguintes indicadores para classificar os países segundo o grau de desenvolvimento: índice de mortalidade infantil expectativa de vida média, grau de dependência econômica externa, nível de industrialização, potencial científico e tecnológico, grau de alfabetização, instrução e condições sanitárias” (Sandroni, 2002, p.169).

A primeira corrente tem uma visão simplista do desenvolvimento mensurando-o com base em itens quantitativos apenas. Já ara a segunda corrente existem diversos fatores qualitativos que refletem o desenvolvimento econômico. Pretendo utilizar como base teórica a corrente que busca o

desenvolvimento como algo mais complexo que o simples crescimento econômico.

2.4.1 Fatores que Contribuem para o Desenvolvimento Econômico.

A) Crescimento do PIB

O crescimento do PIB é essencial para o desenvolvimento econômico, porém este deve crescer a uma taxa superior a taxa de crescimento da população, visto que se aquele cresce a uma taxa aquém deste haverá queda do PIB per capita. Esta percepção é ainda mais evidente quando Souza afirma que:

“Desenvolvimento econômico define-se (...) pela existência de crescimento econômico contínuo (g), em ritmo superior ao crescimento demográfico (g*), envolvendo mudanças de estruturas e melhoria de indicadores econômicos e sociais. Compreende um fenômeno de longo prazo, implicando o fortalecimento da economia nacional, a ampliação da economia de mercado e a elevação geral da produtividade” (Souza, 1997, p.22).

Portanto o aumento do PIB exerce fundamental importância para a implementação do desenvolvimento econômico numa nação, visto a necessidade de crescimento para efetuar o desenvolvimento.

B) Pobreza, Miséria e Subdesenvolvimento

Outro indicador importante é a quantidade de pessoas pobres, ou seja, que possui renda inferior a mínima necessária para cumprir as necessidades diárias básicas – Segundo a ONU (2010) renda inferior a US\$ 2,00 por dia a pessoa é classificada como pobre, com renda inferior a US\$ 1,00 é classificada como extremamente pobre (miserável). Este indicador afeta o crescimento mercado interno, que depende de renda para e crescimento da população para prosperar. O aumento da população pobre se agrava com as crises

econômicas, como a crise de 1997 que aumentou em 20 milhões de pessoas pobres apenas na Tailândia, Indonésia e Coréia do Sul. (Souza, 2000).

O indicador acima (PIB per capita) mostra uma realidade onde seria necessário uma grande distribuição de renda, porém em países em desenvolvimento como o Brasil, mostra clara uma grande concentração de renda, portanto faz se necessário um mensurador com base na quantidade de pessoas pobres ou com renda abaixo no mínimo.

C) Nutrição e Expectativa de Vida

A taxa de mortalidade infantil e a expectativa de vida são índices importantes que refletem o desenvolvimento econômico. Segundo dados do Banco Mundial de 2003, em países pobres a taxa de mortalidade é de 127 por mil nascidos, em países de renda média cai para 31 por mil nascidos, já em países com alta renda este índice aparece apenas com 5 crianças mortas por cada mil nascidas.

Este índice reflete os avanços nas vacinações infantis bem como a difusão de água tratada, saneamento básico e melhorias no sistema de higiene e combate a fome (Souza, 2000).

Os gastos com educação, saúde e educação estão diretamente ligados ao PNB dos Países, como mostra os dados de Souza, 2000, países com alta renda utilizam um percentual maior do produto nacional bruto com setores importantes para o desenvolvimento que como mostram os dados do Banco Mundial reduzem a mortalidade infantil e aumentam a expectativa de vida, conforme tabela 3 abaixo.

Tabela 3: Relação dos gastos em % do PNB com educação e saúde em países.

	baixa renda	renda media baixa	media alta renda	Alta renda
educação	3,30%	3,50%	5%	5,40%
Saúde	1,30%	3%	3,30%	6,20%

Souza, Nali 2000.

Da mesma forma países que tem taxa de alfabetização elevada – principalmente as mulheres – reduzem o número da mortalidade infantil e aumentam a expectativa de vida da população.

D) Índices de Desenvolvimento Humano Mundial (IDH)

Os indicadores apresentados acima podem ser sintetizados pelos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Este índice mede o grau de desenvolvimento das nações. O IDH é calculado com base na media simples dos seguintes componentes: a) longevidade, educação (2/3 do peso é calculado com base na taxa de alfabetização e o ultimo terço na taxa de matricula nos três níveis de educação; b) expectativa de vida e; c) nível de renda (calculado em dólares per capita). O Índice varia entre 0 e 1, onde maior que 0,8 é considerado alto desenvolvimento humano, de 0,5 a 0,799 é considerado médio desenvolvimento e menor que 0,5 um desenvolvimento humano baixo. Em 1999 o PNUD modificou o calculo da renda de dólares para um conceito de paridade do poder de compra.(PNUD Brasil 2010)

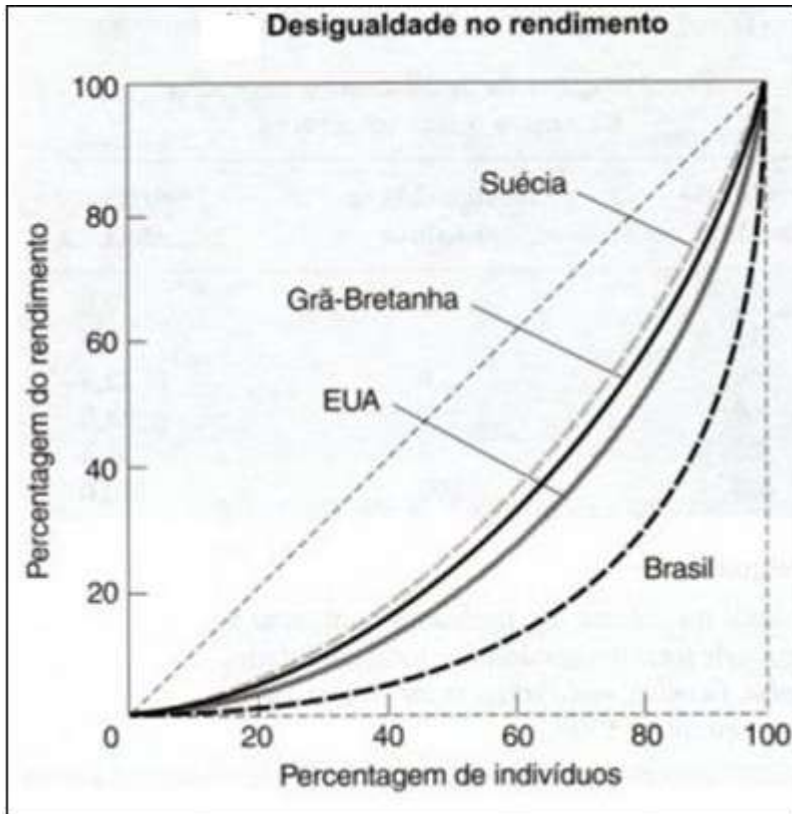
E) Coeficiente de GINI

O Coeficiente de Gini é uma medida da desigualdade criada pela [estatístico italiano Corrado Gini](#). Normalmente utiliza-se para medir a [desigualdade nos rendimentos](#), mas pode utilizar-se para medir qualquer forma de distribuição desigual. O [coeficiente](#) de Gini é um número entre 0 e 1, em onde 0 se corresponde com a perfeita igualdade (todos têm os mesmos rendimentos) e 1 se corresponde com a perfeita desigualdade (uma pessoa tem todos os rendimentos e os demais nenhum) (Hoffman, 1998).

O coeficiente de Gini' calcula-se como uma [razão](#) das áreas no diagrama da [curva de Lorenz](#). Se a área entre a linha de perfeita igualdade e a

curva de Lorenz é a, e a área por embaixo da curva de Lorenz é b, então o coeficiente de Gini é $a/(a+b)$.

Gráfico 1: Curva de Lorenz



Fonte Hoffmann (1998)

Esta razão se expressa como porcentagem ou como equivalente numérico dessa porcentagem, que é sempre um número entre 0 e 1. O coeficiente de Gini calcula-se com freqüência com a Fórmula de Brown, que é mais prática:

$$G = \left| 1 - \sum_{K=1}^{K=n-1} (X_{K+1} - X_K)(E_{K+1} + E_K) \right|$$

onde:

- *G*: Coeficiente de Gini
- *X*: Proporção acumulada da variable população
- *E*: Proporção acumulada da variable rendimentos

Fonte: Hoffman (1998)

O coeficiente de Gini é importante para observar a distribuição de renda, pois não adiantaria aumentar o PIB per capita de um país se não houver a distribuição de renda pois a população que permanecer com uma renda inferior as necessidades básicas continuará com apresentando índices de baixo desenvolvimento econômico.

Como nos mostra a tabela 4 abaixo com os dados sobre o período pré-Plano Real no Brasil com renda inferior a necessária para viver, o Brasil possui quase 50 % de sua população durante a década de 1980 com sérias dificuldades em obter renda para o consumo de necessidades básicas do ser humano.

Tabela 4 Estimativa de Pobreza no Brasil 1981-1990

Total de pessoas e pessoas de famílias pobres, conforme o valor de seu rendimento familiar *per capita* (*r*). Brasil, 1981-1990

Ano	Total de pessoas (milhões)(1)	Pessoas com $r \leq 0,5$ SM(2)		Pessoas com $r \leq 0,25$ SM(2)	
		milhões	H(3)	milhões	H(3)
81	118,2	54,5	46,1	26,6	22,5
83	123,6	65,0	52,6	34,3	27,8
84	126,5	64,8	51,2	32,4	25,6
85	130,7	59,6	45,6	28,9	22,1
86	133,3	41,3	30,9	16,0	12,0
87	135,8	56,5	41,6	27,6	20,3
88	138,3	60,9	44,0	31,0	22,4
89	141,4	56,8	40,1	27,8	19,6
90	144,4	63,2	43,8	32,9	22,8

(1) Exclusiva a área rural da região Norte e pessoas de famílias sem declaração de rendimento.

(2) A unidade (SM) é o valor real do salário mínimo vigente em outubro de 1981, usando como deflator o Inpc restrito.

(3) Porcentagem da população com $r \leq 0,5$ SM ou $r \leq 0,25$ SM.

Fonte: Ibge-Pnad

Fonte IBGE-Pnad (1992).

Como Demonstrado na tabela acima, torna-se necessário no país uma política sócio-econômica com o intuito de frear o crescimento da pobreza e passar a diminuir o número de pessoas pobres com o passar do tempo.

3 Planos Heterodoxos

No Brasil, existiram a partir de 1985 diversas tentativas de cessar a inflação por meio de choques heterodoxos. Em seguida serão observadas cinco tentativas para frear a inflação que não lograram êxito.

3.1 Brasil pré-Cruzado

Segundo Averbug (2005), no quinquênio do governo Figueiredo o Brasil passava por um momento em que o Produto Interno Bruto obteve queda de 8,8%, 0,04% e 5,9% nos anos de 1981 a 1983, bem como a renda per capita caiu 6,3%, 1,3% e 5,0%. Estes foram os reflexos das tentativas do governo de controlar a inflação que assolava o país que mantivera taxas de 100% em 1981 e 1982, saltando para 211% em 1983 (Averbug, 2005).

Em 1982 o Brasil com um relacionamento renovado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) buscou saldos comerciais positivos por meio de redução de importações e incentivo a exportação. Visto que lograra êxito com a medida em 1982 e 1983 obteve superávit de U\$ 6,470 bilhões, U\$ 13,1 bilhões e U\$ 12,5 em 1983, 1984 e 1985 respectivamente. Este aumento de produção provocou uma retomada na produção interna do país que elevou o PIB em 2,9% em 1984 e de 7,8% em 1985 e a indústria a crescer depois de sucessivas quedas. (tabela 5)

Tabela 5: Brasil – Taxa de Crescimento do PIB Total e Per Capita – 1978/87 (%)

ANO	PIB	PER CAPITA
1978	5	2,2
1979	6,8	4,2
1980	9,2	6,7
1981	-4,2	-6,3
1982	0,8	-1,3
1983	-2,9	-5
1984	5,4	3,3
1985	7,8	5,7
1986	7,5	5,2
1987	3,5	1,2

Fonte: Ipea e IBGE (1990).

Com o fim do Regime Militar, ganha a eleição indireta Tancredo Neves com o discurso de combate a inflação, porém morre antes de assumir o cargo que fica com o vice-presidente José Ribamar Sarney. As medidas do governo se seguiam por combate ao déficit público, eliminação da expansão monetária e controle de das taxas públicas bem como um controle no preço dos combustíveis – medidas que não foram bem sucedidas visto o final de 1985 onde a inflação chegou a 235,1%. Diante desta realidade o governo buscou um conjunto de medidas para frear esta alta inflação (IBGE/BACEN, 2010).

3.2 Plano Cruzado

Com o início de 1986 marcado pelas taxas de inflação de 17,8% e 22,4% nos primeiros meses, denunciava que o governo não tinha uma boa estratégia para controle inflacionário, ao unir isso com as sucessivas greves que eclodiam pelo país – principalmente no estado de São Paulo. Por fim a equipe econômica do governo acreditava que a inflação fosse essencialmente inercial, fonte de um mecanismo perverso da indexação existente no país (Resende, 1984).

Em 28 de fevereiro de 1986 foi lançado o plano Cruzado baseando-se em neutralizar a inflação inercial, por meio do congelamento de preços e salários. Isto buscava conter a correção monetária aplicada as transações financeiras e comerciais e frear o fator inercial.

O congelamento de preços se deu ao nível que estavam no dia 27 de fevereiro de 1986, já os salários foram medidos pela média dos últimos seis meses acrescido de 8% de abono.

Outra medida foi a mudança de mil cruzeiros para um cruzado, esta medida não tinha impacto a não ser o de mostrar uma nova moeda com uma fonte de confiança na estabilidade. A ORTN (Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional), título que servia de indexador da economia passou a se chamar OTN (Obrigações do Tesouro Nacional), com aumento de 3% em março de 1986 e se manteve neste patamar até março de 1987. As obrigações de pagamento expressas em cruzeiros anteriores ao plano, passaram a ser convertidas em cruzados na data de seu vencimento, calculado com 1,0045 para cada dia passado depois de 3 de março de 1986 na paridade de um cruzado para mil cruzeiros (RESENDE, 1984).

As únicas indexações que permaneceram foram as de cadernetas de poupança, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o fundo de participações PIS/PASEP, cujos saldos passaram a ser atualizados pelo Índice de Preço ao Consumidor (IPC).

Também neste período foi criado o “gatilho salarial” onde o salário era automaticamente reajustado quando a inflação acumulada chegasse ao índice de 20 % (medido pelo IPC). Além disso, foi instituído o seguro desemprego e a taxa de câmbio oficial por moeda estrangeira foi congelada.

Junto com estas medidas foi criada a idéia de a população fiscalizar o congelamento de preços como os “fiscais do Sarney”. Além disso, vinha a idéia de acabar com a utilização dos recursos financeiros em aplicações com base em índices inflacionários e utilizá-los para investimento.

Estas medidas frearam a inflação de imediato, e causaram um grande aumento no consumo da população até um ponto onde começou a chegar a níveis de máxima utilização da capacidade produtiva existente. Como os preços foram congelados em um determinado dia, itens como a carne e o leite foram congelados com preços abaixo do nível, o que gerou o desabastecimento e posterior cobrança de ágios para efetivo fornecimento.

Em julho foi lançado um pacote, visto que a trajetória da demanda conspirava contra os preços e a capacidade produtiva estava no limite. Porém este pacote apenas esperava as eleições de novembro, onde a bancada governista teve grande vitória para então lançar o Cruzado II.

Este plano diagnosticou que o crescimento do consumo estava por superaquecer a economia tencionando a inflação e o estrangulamento, principalmente no setor de energia elétrica e siderurgia, juntamente com a persistência de insuficiência de investimentos ameaçavam a estabilidade dos preços. Para solucionar estes entraves foi tentado conter o consumo; estimular a canalização de renda para a poupança, atenuar o déficit público, recompor capacidade de investimento do setor público. Isso por meio de aumento substancial no preço de: automóveis, cigarros, bebidas alcoólicas, tarifas telefônicas, energia elétrica (Marques, 1988).

Estas medidas não lograram êxito e o Plano Cruzado mostrava sinais de que não conseguiria conter a inflação que voltou a crescer onde chegou aos dois dígitos novamente em janeiro de 1987 (12% pelo IGP) e manteve-se em alta até chegar a 25,9 % em junho do mesmo ano (Tabela 6). O Cruzado II abalou irremediavelmente o congelamento de preços, ao menos sob a ótica da política de estabilização do cruzado I. As medidas utilizadas no Cruzado II mostraram o completo esgotamento do plano visto que a queda no consumo se deu pela queda nos níveis reais de salários e não pelo aumento dos preços instaurados no Cruzado II.

Tabela 6: Inflação no Brasil de 1978 a 1987 medido pelo (IGP)

Inflação no Brasil

ÍNDICE GERAL DE PREÇOS (IGP)			
Período	Variação (%)	Período	Variação (%)
1978	40,8	1986	
1979	77,2	Jan.	17,8
1980	110,2	Fev.	22,4
1981	95,2	Mar.	5,5
1982	99,7	Abr.	-0,6
1983	211,0	Maio	0,3
1984	223,8	Jun.	0,5
1985	235,1	Jul.	0,6
1986	53,5	Ago.	1,3
1987	416,0	Set.	1,1
		Out.	1,4
		Nov.	2,5
1985		Dez.	7,6
Jan.	12,6	1987	
Fev.	10,2	Jan.	12,0
Mar.	12,7	Fev.	14,1
Abr.	7,2	Mar.	15,0
Maio	7,8	Abr.	20,1
Jun.	7,8	Maio	27,6
Jul.	8,9	Jun.	25,9
Ago.	14,0	Jul.	9,3
Set.	9,1	Ago.	4,5
Out.	9,1	Set.	8,0
Nov.	15,0	Out.	11,2
Dez.	13,2	Nov.	15,5
		Dez.	15,9

Fonte: Ipea.

Averbug/IPEA (2005)

Após curto período o Plano Cruzado não tinha mais sustentação e como mostra a tabela 6 a inflação começava a disparar novamente, vinha pela frente mais um plano heterodoxo para tentar a estabilização

3.3 Plano Bresser

Após o fracasso do Plano Cruzado, em 12 de junho de 1987, é anunciado o Plano Bresser (nome que era do então Ministro da Fazenda Bresser Pereira) que era um plano com políticas ortodoxas e heterodoxas. Este

plano diferente do anterior não previa inflação zero, bem como não tinha intenção de desindexar a economia, e sim um choque deflacionário por meio da supressão da escala móvel de salários (gatinhos salarias) e redução do déficit público. Os salários foram congelados por um prazo limite de três meses, sem o aumento referente à inflação do mês de junho.

Foi instituída a IRP (Unidade de Referência de Preços) para ser utilizada como indexador dos salários. A URP era alterada pela média geométrica do trimestre passado que servia como apoio para o trimestre seguinte.

Os preços foram congelados também pelo prazo limite de três meses, porém diversos setores públicos sofreram aumento de preços, visto que foi este um dos problemas apontados para o fracasso do plano anterior (não possuir uma margem para ajuste). Por fim a URP fazia as correções nos preços e salários nos períodos seguintes (Modiano 1990).

Segundo Modiano (1990) a taxa de câmbio não foi congelada e mantiveram-se as minidesvalorizações instituídas no final de 1985 pelo Plano Cruzado II. Visto que estas estavam defasadas, foi efetuada uma desvalorização de 9,5% para equilibrar a taxa de câmbio. Já os aluguéis foram congelados nos preços da data em que o plano foi instituído, e estes seriam corrigidos pela inflação medida nos períodos seguintes.

Outro ponto do onde o Plano Bresser se diferenciava do Cruzado é que previa políticas fiscais e monetárias ativas. A política fiscal era voltada a diminuir o déficit público de 6,7% do PIB para 3,5% do PIB por meio de uma receita adicional obtida pelo aumento das tarifas públicas. Já a política monetária consistia em taxas de juros reais positivas para inibir a especulação em estoques e o fluxo de aplicações financeiras no mercado paralelo do dólar. Além disso, o plano visava uma independência do Banco Central e um orçamento mais controlado para o ano que se iniciaria.

Após estas medidas a inflação caiu dos 19% para 4 a 7% nos anos seguintes porem os congelamentos efetuados pelo governo não tinham base

para serem fiscalizados, pois o povo estava desiludido depois do fracasso do Plano Cruzado e os órgãos de fiscalização do governo estavam sucateados. O governo contava apenas com os mecanismos de curto prazo, no qual congelou os salários por três meses sem o repasse da inflação de junho, e do lado dos empresários com as medidas de austeridade fiscal e monetária, e por fim com a extinção do gatilho salarial para conter as expectativas futuras.

Devido às medidas do governo, houve queda do salário real e com as taxas de juros positivas também registrou-se quedas nas vendas nacionais e conseqüente queda na produção industrial brasileira. Visto o bom resultado das medidas, o aquecimento da economia nacional que se passou no Plano Cruzado não esteve presente neste novo Plano, a tensão inflacionária se dava pelo conflito de renda entres os setores público e privado, pois diferentemente do congelamento anterior, no Plano Bresser, o setor privado adotou preços altos antes do congelamento dos preços para neutralizar a transferência de renda para o setor público, visto o decreto emitido que aumentaria os preços dos setores estatais.

Na política cambial foi adotado um sistema de minidesvalorizações diárias a fim de recuperar a balança comercial que passou a ser superavitária novamente a partir de maio de 1988, que em junho chegou a U\$ 1,4 bilhão de superávit.

Ainda segundo Modiano (1990), a política governamental de julho de 1987 era de ajuste econômico – diferente do Cruzado – e foi utilizada a poupança do governo para tal ajuste. Com a contenção dos gastos, elevação das tarifas e cortes nos subsídios e incentivos e uma reforma monetária progressiva a poupança governamental aumentou para 5,3 % do PIB em 1991.

O Plano Bresser demonstrou em agosto de 1988 os sinais de fraqueza. O governo liberou o aumento de preços com um teto de 10 % (onde a URP estava pré-fixada em 4,5%) devido às pressões inflacionárias o que acabou com a credibilidade da política pública. Esta liberalização dos reajustes

contribuiu para o crescimento da inflação em 4,8% em agosto para 14,15% em dezembro de 1988.

Devido à alta inflação foi liberada a negociação salarial, realizada pela antecipação do resíduo do “gatilho Salarial” ou aumento de 14,8% pela antecipação da URP de outubro e novembro.

Por fim o pedido de Demissão do Ministro Bresser Pereira se deu devido a taxa de inflação na casa dos 14% ao mês e a rejeição de sua proposta de reforma tributária, além da nova ameaça de congelamento dos preços (Almeida, 1996).

3.4 Plano Verão

O Plano Verão sucedeu o fracassado Plano Bresser que após a demissão do ministro homônimo, veio a ser implantado em 14 de janeiro de 1989 com a instituição de uma reforma monetária que estipulou que cada Cz\$ 1.000,00 (mil cruzados) seriam transformados em NCz\$ 1,00 (Um cruzado novo) assim como fora feito no Plano Cruzado onde fora reduzido de mil para um na nova moeda apenas como um forma estética afim de desfazer a tendência a inflação (memória inflacionária). O Plano Verão assim como o Plano Bresser é uma mistura de políticas heterodoxas com políticas ortodoxas visto que procurou promover uma contração da demanda agregada, no curto prazo, com o anuncio de taxas de juros elevadas para inibir a especulação com estoques e cortes nas despesas públicas para suspender a queda na inflação em médio prazo, e a parte ortodoxa se dá pela idéia de desindexar totalmente a economia, com o fim da URP a fim de acabar com a inércia inflacionária.

O plano que previa conter a tendência inflacionária efetuou um reajuste nos salários com base na média dos últimos doze meses de poder de compra, com um acréscimo da URP pré-fixada de 26,1 % para janeiro de 1989. Visto as negociações em andamento, os salários que ficaram acima da média não sofreram redução. (Almeida, 1996).

Depois de efetuada os reajustes salariais, no dia 15 de janeiro de 1989 houve novo congelamento de preços por tempo indeterminado conforme fora com o Cruzado e diferente do Plano Bresser onde se visava congelamento por apenas 90 dias. Na véspera do congelamento houve o anúncio de que alguns preços moderados pelo estado sofreriam reajuste (como o caso do pão, leite e tarifas telefônicas, entre outros) visto a necessidade como no plano anterior de prover receita afim de cobrir a despesas e criar uma margem para a fixação de preços (Modiano, 1990).

Devido à tentativa de minimizar a inflação o governo criou um novo parâmetro para mensurar os preços e servir de base para medir a inflação do período: o ICP. O mesmo foi utilizado a partir da data de implantação do plano para mensurar a inflação de fevereiro sem a contaminação existente do período anterior.

Na parte cambial o governo fixou o câmbio com o dólar na paridade de NCz\$ 1,00 = US\$ 1,00, ato que refletiu uma desvalorização do cruzado na faixa de 18% (política de câmbio fixo utilizada também no Plano Cruzado).

Os aluguéis residenciais e comerciais também foram convertidos para o novo padrão monetário por meio dos seus valores médios, bem como os salários poderiam contemplar qualquer índice de correção acordado entre locatário e locador após a 15 de janeiro de 1989.

Outro ato efetuado pelo governo foi à extinção da OTN a qual vários contratos pós-fixados eram indexados e proibiu clausulas de indexação nos contratos com prazo inferior a 91 dias. Porém permitiu livres regras de indexação de contratos com os prazos superiores aos 91 dias. Restabeleceu a “tablita” com valores diários para que as dívidas com vencimentos em data posterior a 15 de janeiro pudessem ser convertidos para cruzados novos. Por fim, para conter as expectativas inflacionárias e os custos financeiros embutidos nos valores pré-fixados, considerou o diferencial inflacionário nos fatores de correção e a taxa de juros reais pré e pós-fixadas.

Já na parte de política fiscal, o governo propôs um ajuste por meio da redução de despesas de custeio feita através de uma reforma no governo que extinguiu alguns ministérios e mais a redução do setor produtivo estatal (esta dada através de um amplo processo de privatização); diminuição do quadro de funcionários públicos para redução de despesas com quadro funcional estatal; e uma grande rigidez na programação e execução financeira do tesouro, com a realização de despesas não-financeiras de acordo com a disponibilidade de caixa e uma limitação na quantidade de emissão de títulos da dívida pública.

Na política monetária, três instrumentos foram utilizados de forma principal: controle de crédito ao setor privado através de alteração no limites de cheques especiais; aumento na taxa de juros reais para inibir movimentos especulativos; e a suspensão dos leilões mensais da dívida externa em capital de risco e dos reempréstimos dos depósitos dos bancos credores do Bacen conforme acordo externo de 1988 (esta medida visou reduzir as pressões nas operações com moeda estrangeira) por fim os menores superávits em conta corrente, feitos por meio da liberalização das importações e da política cambial (Modiano, 1990).

Após efetuar os ajustes necessários a implantação do plano, o governo enfrentava um grande problema com a incredibilidade de o governo manter o congelamento de preços e a política efetuada com o plano (visto que o governo fracassara recentemente com os Planos Cruzado e Bresser, e a confiança é algo vital para efetuar as políticas governamentais, porém é difícil de ser conseguida e fácil de perdê-la). Devido a esta desconfiança citada houve grande pressão por meio do aumento nas especulações acerca da saúde, das finanças públicas e da eficiência dos controles de preço. Por fim existia o temor – após a extinção da OTN e da URP – que houvesse uma hiperinflação no Brasil.

As negociações salariais entre os empresários e os trabalhadores não foram exitosas nos prazos previstos pelo governo, portanto o governo teve de intervir e determinou o pagamento de 13,1% para repor os salários,

dependendo da data-base da categoria além de antecipar a parcela referente a maio dos 7,5% que foram a diferença entre o INPC e a URP – parte das três parcelas determinadas pelo congresso – para a reposição deste percentual a partir de março. Porém os trabalhadores não aprovaram estes reajustes e deflagraram greve geral nos dias 14 e 15 de março.

No meio disso tudo, as políticas do governo não surtiram o efeito desejado, visto que a inflação marcou 6,82% em março e começou a aumentar a partir de abril com 8,33% que piorou a confiança dos agentes e afetou as novas regras de indexação. Por fim o ajuste fiscal também não obteve êxito em sua tentativa e as taxas de juros reais precisaram ser mantidas em níveis elevados por mais tempo do que o esperado, e teve um efeito direto na balança fiscal do governo. Inflação de abril fora afetada pelos reajustes na tabela de preços efetuada pelo governo após o final da greve geral dos trabalhadores.

Também voltaram as minidesvalorizações para controlar o câmbio, que deu um resultado inesperado e recorde de US\$ 20,3 bilhões de superávit comercial apenas no primeiro trimestre de 1989, que resultou na transferência de renda do governo ao setor exportador, pois o custo com a taxa de câmbio fixa se resumia a taxa de juros internacionais (Modiano, 1990).

Após a taxa de inflação estar em alta em abril, o governo cria o BNT (Bônus do Tesouro Nacional), sucessor da extinta OTN e recomeça a indexação da economia nacional. O BTN só era autorizado para uso em novos contratos com o prazo mínimo de 90 dias. Também fora instituída regras para começar o descongelamento da economia baseado na trimestralidade dos reajustes – descongelamento que se daria após a primeira revisão de preços (sem data marcada) a ser autorizada pelo Ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega.

A revisão de preços fora efetuada com a autorização do ministro em maio daquele ano. Os preços de monopólios e oligopólios foram mantidos (pelo menos tentados) e os dos setores competitivos foram liberados para preços de mercado. Como as taxas de inflação subiram após o descongelamento – e

ainda existia expectativa de mais aumento – o governo elevou as taxas de juros para tentar conter este aumento.

Com o final do congelamento de preços, a especulação sobre o retorno da inflação tornou a tônica no país – ainda mais com o reflexo do Plano Primavera que deixara a Argentina a beira da hiperinflação - o dólar teve uma varonil alta. O governo se utilizou novamente das minidesvalorizações para conter a especulação, e a equiparou com a variação mensal do IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna) e também colocou que seriam seis minidesvalorizações mensais sem data prevista (Almeida, 1996).

O congresso aprovou em maio a nova política salarial do governo que era a seguinte:

De 1 a 3 salários mínimos – Reajuste conforme variação do IPC

De 3 a 20 salários mínimos – Reajustes trimestrais e com eventuais antecipações mensais de gatilho de 5%

Acima de 20 salários mínimos – Livre negociação.

Esta negociação salarial indexada e com picos salariais, decretou o final e fracasso do plano Verão, visto que ele visava acabar com a indexação do país (iniciado com a extinção da URP) e entregou o país em uma nova indexação mais acentuada do que no início do plano (Modiano 1990).

3.5 Plano Brasil Novo (Collor)

O Plano Brasil Novo ficou marcado com o nome do presidente da república da época, e é conhecido popularmente como Plano Collor (Carvalho, 2006).

Após os fracassos dos planos anteriores e com a inflação chegando a patamares elevados novamente, o Plano Brasil Novo foi lançado no dia 16 de março de 1990, pelo atual presidente Fernando Collor de Melo (que emprestou

seu nome para utilização popular do plano econômico). Como o país já apresentava quadros de hiperinflação, além dos choques externos que obrigavam uma transferência de recursos reais para o exterior que por sua vez causara um desequilíbrio interno dos agregados macroeconômicos e uma inconsistência distributiva. Com a crise do estado e a fragilidade política, ficara quase impossível de promover uma mudança com implantação de políticas ortodoxa. Por fim o déficit e a dívida pública continuam em alta ocasionando o descontrole das políticas monetária e cambial.

O Plano Brasil Novo se notabilizou pelo bloqueio da liquidez, mas, algumas medidas do Plano Brasil Novo tinham objetivo antiinflacionário de médio prazo, caso da abertura comercial (Consenso de Washington¹); outras procuravam equacionar a crise fiscal, como as reformas administrativa e fiscal com meta de superávit fiscal de 2% do PIB – visto que o estado era deficitário em 8% do PIB, portanto o plano previa uma recuperação de 10% do PIB em receitas dadas por ajustes fiscais parecido com o do Plano Bresser onde se restringiu os subsídios, incentivos e isenções. Para aumentar a receita fora aumentado a alíquota do IPI, ampliou-se a base tributável da economia, houve acréscimo do imposto sobre fortunas, entre outras medidas. O elemento central do Plano Collor, portanto, o que o caracteriza de forma precisa e o distingue com nitidez de outros programas de estabilização, é o bloqueio da liquidez dos haveres financeiros. (Carvalho, 2006). A política de renda também seguiu a tônica dos outros planos com o controle baseada nos preços e salários.

O governo mudou a taxa de câmbio para flutuante (consenso de Washington), também foram corrigidas as tarifas do sistema público e manteve-se o sistema e indexação dos ativos financeiros e de contratos.

¹ Consenso realizado na cidade de Washington, em 1990, que estabeleceu uma série de 10 itens a serem seguidos por nações em desenvolvimento, entre os quais: Disciplina Fiscal, Liberalização financeira, taxas de câmbio unificadas e competitivas, liberalização comercial, privatização das empresas estatais. O consenso de Washington foi realizado para os países em desenvolvimento receberem ajuda financeira do Fundo monetário internacional e completarem seu desenvolvimento (Williamson, 2004)

3.5.1 O período do plano

Segundo Carneiro (2002), o Plano Brasil Novo se constitui basicamente de cinco conjuntos de políticas econômicas, que combinam medidas fiscais e monetárias com medidas heterodoxas como congelamento de preços (políticas de renda), desindexação dos salários e da posterior prefixação de preços e salários.

3.5.1.1 Política monetária

Em 16 de março de 1990, o governo emitiu a medida provisória que criou o cruzeiro e limitou os saques a partir deste dia, conforme o quadro 1.

Quadro 1: O Bloqueio de Liquidez do Plano Collor – Medida Provisória 168, 15/03/1990, depois Lei n. 8.024, 12/04/1990.

<p>Bloqueio da liquidez de parte considerável dos haveres financeiros, exceto o papel-moeda em poder do público. Os valores em cruzados novos bloqueados ficariam recolhidos ao Banco Central do Brasil por dezoito meses, recebendo juros de 6% ao ano mais correção monetária, creditados diariamente, e seriam liberados em doze parcelas mensais a partir do 19º mês.</p>
<p>Os haveres financeiros seriam convertidos ao par, de cruzados novos (NCz\$) para cruzeiros (Cr\$), após a cobrança extraordinária de 8% de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) nos haveres não monetários e na venda ou transmissão de ações e ouro, isentos os depósitos à vista e os títulos e depósitos do ativo das instituições financeiras.</p>
<p>A conversão em cruzeiros deveria ser feita no momento da liberação dos valores retidos, com regras diferenciadas:</p> <ul style="list-style-type: none">• papel-moeda, conversão imediata, sem bloqueio;• depósitos à vista e cadernetas de poupança, liberação imediata de até Cr\$ 50 mil (pela taxa de câmbio oficial de 13/3/1990, US\$ 1.300,00; pela taxa do câmbio paralelo, US\$ 610,00 em 13/3, US\$ 1.110,00 em 19/3 e US\$ 770,00 em 30/3);• aplicações <i>overnight</i> e contas remuneradas, liberação imediata de Cr\$ 25.000,00 ou de 20% do total, valendo o maior;• fundos e depósitos a prazo, 20% do total.
<p>Todos os limites deveriam ser calculados por aplicador e por instituição financeira. Títulos e depósitos do ativo das instituições financeiras submetiam-se ao mesmo regime.</p>
<p>Nos depósitos a prazo, debêntures e cotas de fundos, a conversão para cruzeiros da parcela liberada deveria ser feita apenas no vencimento do título. Nos fundos, a conversão ficava condicionada à disponibilidade de liquidez em cruzeiros. As parcelas não convertidas deveriam permanecer denominadas em cruzados novos até seu vencimento. Títulos com prazo superior a dezoito meses permaneceriam denominados integralmente em cruzados novos até o vencimento.</p>
<p>Os cruzados novos bloqueados poderiam ser usados por sessenta dias (até 18/5/1990) para pagamento de impostos, taxas, contribuições e obrigações previdenciárias e por 180 dias podiam ser transferidos entre pessoas físicas e jurídicas, “para fins de liquidação de dívidas e operações financeiras comprovadamente contratadas antes de 15/3/1990”, processo denominado de “transferência de titularidade”.</p>
<p>Recursos dos tesouros dos três níveis de governo ficaram livres do bloqueio e foram convertidos integralmente, com liberação imediata dos cruzeiros no caso de depósitos à vista e recursos em trânsito no sistema bancário, e liberação no vencimento, no caso de títulos. Para os três níveis de governo, recursos recebidos em cruzados novos até 18/5/1990, pelo pagamento de impostos, taxas e contribuições, seriam convertidos integralmente e liberados na data de vencimento da obrigação que lhes deu origem, ou de imediato, no caso de obrigações já vencidas.</p>

Fontes: BCB; *Gazeta Mercantil* (edição extra, 17/3/1990, n. 19.299, p. 32); *Revista de Economia Política*, 1990. p. 117-120.

A moeda sacada antes do Plano Brasil Novo foi a única que não sofre o bloqueio, visto que o plano atingira todos os ativos financeiros. As medidas do governo foram consideradas como confisco sobre a dívida pública e com este artifício o governo procurou corrigir os problemas enfrentados pelos planos heterodoxos anteriores – visto que a queda acentuada da inflação ocorrida anteriormente levou os consumidores a ilusão monetária e estes sacaram seus ativos (poupança) e transformaram em consumo, o que superaquecia a economia e tencionava a inflação. O bloqueio previa neutralizar o aquecimento e permitir que o Banco Central efetivasse uma política monetária ativa, visto que o Banco Central ficara impossibilitado nas tentativas anteriores.

O Plano Brasil Novo buscou na idéia de tornar saudáveis as contas do governo como o ponto principal para conter a inflação. As contas governamentais passaram a ser corrigidas com a inflação esperada do mês seguinte, portanto oferecia um componente real das despesas com juros. Portanto quando a inflação real fosse maior que a esperada, a correção monetária oferecia um valor negativo com as despesas reais com juros, que era um imposto inflacionário sobre o governo.

Devido a esta política o superávit do governo na primeira metade do ano de 1990 foi de 7,8% do PIB enquanto a inflação foi de 6,32%, medido pelo INPC e a correção monetária ficou apenas em 3,01%. (Carvalho 2006)

Visto a diferença entre a previsão da inflação e a inflação real, mostrava-se a volta do aumento de preços que se confirmou com a alta da inflação no segundo semestre de 1990.

Também fora observado a partir de março de 1990 uma espécie de moratória da dívida pública interna com a adoção de algumas medidas de confisco da dívida pública como os três dias de feriado bancário que gerou uma perda de quase 9% do estoque de recursos aplicados no *overnight* e nos fundos de curtíssimo prazo (soma que representa algo em torno de US\$ 6 bilhões). Outra medida foi a cobrança de IOF (Imposto sobre Operações Financeira) e também a defasagem entre os juros pagos aos ativos retidos no

banco central (que eram a variação da BNT acrescido de 6% ao ano) em comparação a inflação real.

Estas medidas refletiram em recessão sentida já nos primeiros meses, visto a escassez de liquidez para aquisições e a impossibilidade de investimentos até o capital de giro das empresas. Carvalho (2006) chama a atenção os frágeis fundamentos da reforma econômica, que tornava a inflação questão de tempo para retornar a realidade brasileira.

A política de restrição de liquidez surpreendeu a população brasileira mas foi uma prática utilizada repetidas vezes no século XX. Conforme Carvalho (2006) “Houve dezenas de programas com medidas desse tipo no século XX, a maioria na seqüência de guerras e hiperinflações, mas eles pouco esclarecem sobre os casos latino-americanos das últimas décadas, como o Plano Collor”.

3.5.1.2 Política fiscal

A reforma fiscal, como referido anteriormente, buscava dar um superávit de 2% do PIB para o governo. Este superávit não poderia se dar por meio de emissão de novos títulos da dívida pública, ou por meio de emissão de moeda, pois tais práticas trariam uma desconfiança sobre a saúde dos títulos públicos, e assim por diante até a nova moeda (Carneiro, 2002).

Dentre as reformas estava inserida a criação de um imposto sobre patrimônio que a partir do ano de 1991 passou a ser calculado por meio da BTNF (Bônus do Tesouro Nacional Fiscal) e teve seu prazo de recolhimento reduzido. Além deste imposto a receita extraordinária do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) de 8% promulgada na medida provisória 168, vislumbrava-se uma previsão de arrecadação 3% do PIB nacional. Além destas medidas, vale salientar o aumento de IOF nas demais operações financeira (inclusive bolsa de valores) e intensificação da fiscalização dos recolhimentos de impostos.

Outro aspecto importante do superávit foram os cortes nos gastos públicos. Subsídios a diversos setores foram cortados ou reduzidos, bem como isenções e incentivos fiscais não constitucionais. Este quadro superavitário começou a apresentar dificuldades de ser cumprido visto o quadro recessivo da economia devido as ações tomadas pelo governo.

Outra medida foi a privatização de empresas estatais - que geravam receita extraordinária e diminuía o custo com funcionários públicos, bem como vendas de imóveis.

As medidas fiscais funcionaram dentro do esperado no governo de Collor, e ao final do ano se obteve o superávit esperado de 2% em relação ao PIB do país.

3.5.1.3 Reforma Administrativa e Patrimonial

De acordo com o consenso de Washington, o estado deveria ser mínimo na economia, e como o Brasil neste período foi um dos países que mais seguiu a cartilha, o atual presidente tratou de reduzir para nove o número de ministérios, bem como tentou reduzir substancialmente a burocracia no país – portanto reduziria o quadro de funcionários e as despesas governamentais. O congresso nacional aprovou um plano de privatizações das empresas estatais que foi posto em prática em outubro de 1991, com o leilão da empresa Usiminas (Williamson, 2004).

Além de empresas ocorreu o fechamento de diversos órgãos como o instituto do Açúcar e do Alcool e o Instituto Brasileiro do Café.

3.5.1.4 Política de Renda

Os salários dos trabalhadores relativos ao mês de março, pagos em abril sofreram reajuste de acordo com a inflação. E como os preços estavam congelados desde o dia 16 de março e obtinham seus reajustes só eram

repassados no primeiro dia do mês seguinte (diferentemente dos salários que eram reajustados no dia 15 de cada mês) gerava um ganho de salário real. Já os preços públicos tiveram um reajuste pouco antes do decreto do dia 16 de março, mas permaneceram congelados por quatro meses. Por fim os funcionários públicos tiveram um congelamento salarial de seis meses (caçador de marajás).

Portanto podemos dizer que o Plano Brasil Novo buscava combater a inflação com as seguintes bases: austeridade monetária, equilíbrio (superávit) fiscal e política de rendas (que fora abandonada poucos meses depois).

3.5.1.5 Política Cambial e Exterior

Ainda sob o plano de fundo do consenso de Washington, a taxa de câmbio passou a ser operada por agentes autorizados com o regime de taxa flutuante, com eventual intervenção do Banco Central. Visando manter a cartilha do consenso e atualizar a economia para a globalização.

As Reformas comerciais propostas pelo governo baseavam-se nos seguintes atos; eliminação dos controles quantitativos sobre importações (livre comércio); redução da produção de alguns índices nacionais (visto a idéia de vantagens comparativas intrínseca no consenso de Washington (Williamson, 2004)).

Eliminar tarifas para insumos industriais sem produção interna similar; reduzir outras tarifas e estabelecer para redução das tarifas até 1994 chegar a tarifa de 14%. As importações em 1990 cresceram 10% e chegaram a US\$ 21 bilhões em 1991. O principal desta reforma foi que a indústria nacional conseguiu assimilar uma melhor qualidade na sua produção, com idéias de *just in time* e Qualidade Total (TQM) (Barros de Castro, 2001). Portanto a indústria nacional conseguiu se ajustar a concorrência internacional para o mercado interno que antes era protegido.

Com tais medidas, o governo conseguiu diminuir a inflação que era de 81,32% em janeiro de 1990, para logo em seguida chegar a 11,33 % em março (segundo IGP-DI) e manteve-se abaixo dos 20% até o final do ano de 1990. As diversas medidas internas e a abertura comercial, com produtos chineses mais barato, por exemplo, fizeram com que segurasse a inflação que ameaçava chegar aos três dígitos. (Portugal, 1996).

3.6 Plano Collor II

No final do ano de 1990, a inflação novamente chegou aos patamares de 20% ao mês, então em janeiro de 1991 entrou em vigor um novo plano econômico com um conjunto de medidas para tentar conter o novo ímpeto inflacionário. Dentre as medidas aparece um novo congelamento de preços e salário, corte de 10% nas despesas correntes do governo, restrição a indexação de contratos de curto prazo e extinção do *overnight*, que fora substituído pelo recém criado Fundo de Aplicações Financeiras – que seria o mecanismo utilizado para rolagem da dívida pública interna (Carvalho 2006).

O FAF era uma espécie de poupança mútua, onde os aplicadores assumiam o risco de perda de capital. Esta mudança se deu em fevereiro e o rendimento passou a ser auferido pela TR (taxa de referencia)

Segundo Zini Junior (1993) a TR foi uma nova forma de indexação pois em vez de ela indexar com base na inflação passada, ela fazia isto com base na expectativa de inflação futura. Portanto não seria de grande ajuda para acabar com a inflação inercial.

No decorrer dos meses de 1991, a política economia passou a uma forma mais ortodoxa, e o congelamento de preços foi descartado pelo governo. O congelamento foi gradativamente eliminado. Outra mudança foi a decisão de renovar as negociações com credores da dívida externa, que culminou em 1992 com um acordo assinado com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Em setembro de 1991, dezoito meses após o confisco da liquidez do Plano Brasil Novo, iniciou a devolução dos valores bloqueados. Visto que a economia apresentava altas taxas de juros, o sistema bancário conseguiu manter parte dos recursos aplicados, porém a inflação teve nova subida nos meses de agosto e outubro. Ao final de 1991 os índices de inflação chegaram a 25% em novembro de 1991. Estes índices de inflação, bem como a dificuldade de manter uma política fiscal eficiente, mostraram o fracasso do plano Brasil Novo. Além do mais que as altas taxas de juros provocaram recessão que culminou com fluxos de capital externo de curto prazo que estimularam a dívida interna pública.

4 O Plano Real

O Plano Real foi uma nova tentativa de acabar com a hiperinflação que destruía a economia nacional e permitir um novo período de desenvolvimento pós década perdida. A seguir serão apresentados os aspectos mais importantes referente às políticas fiscal, monetária e cambial desse plano.

Além de políticas para sanear a economia o Plano Real teve que ser adaptado, visto a globalização, aos efeitos que durante seis dos oito primeiros anos de Plano Real passaram por crises internacionais. Será observado, além das âncoras cambiais utilizadas. Por fim, serão analisados os dados disponíveis que sintetizam o desenvolvimento econômico no Brasil neste período.

4.1 Período Pré Real

Após o fracasso do Plano Collor II, o presidente do Brasil na época, Fernando Collor de Melo foi alvo de um [impeachment](#) que se concretizou no dia 29 de dezembro de 1992. No lugar dele assumiu o vice-presidente Itamar Franco, que foi o presidente no período restante do mandato do deposto presidente.

Neste período após o fracasso do Plano Collor e a queda do Presidente, houve nova era de hiperinflação no país como mostram os dados da tabela 7 abaixo.

Tabela 7: Inflação brasileira de 1992 a 1993 mês a mês. (IGP)

Mês	1993	Mês	1992
Janeiro	25,83	janeiro	23,56
fevereiro	28,41	fevereiro	27,86
Março	26,25	março	21,39
Abril	28,83	abril	19,94
Maio	29,7	maio	20,43
Junho	31,5	junho	23,61
Julho	31,25	julho	21,84
Agosto	31,79	agosto	24,63
setembro	35,28	setembro	25,27
outubro	35,04	outubro	26,76
novembr o	36,15	novembr o	23,43
dezembro	38,32	dezembro	25,08

(Fonte: romafactor, 2010)

Frente ao surto de hiperinflação no Brasil o Presidente Itamar Franco, convida o atual ministro das relações exteriores, Fernando Henrique Cardoso, para assumir como ministro da fazenda e implementar um plano para implementar um programa para por fim ao problema inflacionário crônico do país.

O atual plano buscava uma inovação acerca dos demais , na qual além de todo um arsenal de políticas, teve a implantação de um novo modelo de desenvolvimento no país. O qual diminuiu o intervencionismo do Estado e abriu o país pra a concorrência externa – ainda reflexos da cartilha do consenso de Washington começada pelo ex-presidente Fernando Collor de Melo.

O Plano Real pode ser dividido em três fases na sua implementação: a primeira foi o ajuste fiscal provisório, a segunda a reforma monetária e por fim a adoção de uma âncora cambial -que não fora testada nos falidos planos antecessores- (Falcão, 2002).

O Plano Real foi adaptado da Proposta Larida, na qual se colocaria uma nova moeda para combater a inflação, mas neste fora utilizado uma unidade de conta chamada URV (Unidade Real de Valor). Esta URV não se tornou uma segunda moeda no país, pois apenas servia para cotar os preços, juntamente com o Cruzeiro Real, mas apenas o último efetivava as trocas.

4.2 0 Ajuste Fiscal

O Brasil passava por um período onde a inflação crônica dos anos anteriores mascarava o valor real das despesas e receitas do Estado, por meio do mecanismo de indexação e do imposto inflacionário, existiam receitas extraordinárias e diminuição dos gastos. Em vista deste panorama do caixa do Governo foi necessária um ajuste fiscal emergencial e de caráter provisório proposto em maio de 1993, que tinha um caráter importantíssimo pois existia uma relação inversa entre taxa de inflação e déficit público, visto que quando a inflação fosse reduzida, aumentaria o déficit Governamental – processo conhecido como “efeito Tanzi as avessas”.

Esse ajuste proposto tem uma necessidade extrema no Brasil para sucesso do plano visto que em economias com aceleração inflacionária elevada, ocorre um fato descrito por Vito Tanzi – que originou o nome do efeito Tanzi – que consiste da diferença real entre o valor do tributo no momento que ele é gerado e o valor real de quando este tributo chega aos cofres do Estado (Averbug, 2000).

No Brasil, devido ao longo período com elevadas taxas de inflação, foi criado um subterfúgio para minimizar o efeito Tanzi. O imposto no país foi indexado para aumentar a receita do Governo e garantir uma receita mais enriquecida. Porém esta indexação tem um problema: o momento em que a inflação crescente cessa.

O fim da inflação crescente ocasiona o que se chamou de “efeito Tanzi às avessas”, visto que a receita pública tivera uma receita extraordinária devido à indexação, e em contra partida a despesa continuaria em elevação. Este quadro mostra uma situação de déficit público insustentável.

Este ajuste emergencial propunha que as contas públicas seriam saneadas por meio da implementação do PAI (Plano de Ação Imediata) e do FSE (Fundo Social de Emergência).

O PAI, a cujo objetivo era reorganizar o setor público, tinha como principais medidas: (a) redução dos gastos públicos; (b) a elevação da receita fiscal através da criação do IPMF (imposto Provisório sobre Movimentação financeira) e o combate a sonegação; (c) a redefinição das relações entre União e os estados e municípios, com a meta de reduzir as transferências não constitucionais e regular o pagamento de dívidas com a União; (d) mudança institucional e saneamento de Bancos Estaduais e Federais; (e) a ampliação do PND (Programa Nacional de Desestatização) que privatizou empresas de siderurgia, energia elétrica, petroquímica, e de transportes, criação do Fundo de Privatizações (Giambiagi 1999).

O FSE, que mais tarde viria a ser chamado de FEF (Fundo de Estabilização Fiscal) que foi aprovado em 23 de fevereiro de 1994 com previsão de extinção em 1995, foi prorrogado até o final de 1999. Seu objetivo era reduzir a excessiva rigidez dos gastos da União, possibilitando ao governo federal ter uma maior liberdade para conduzir sua política fiscal. Os recursos destes fundos eram oriundos da desvinculação de determinadas receitas da União, que passou a reter os seguintes tributos:

- 20% dos gastos com educação previsto pela carta de 1988.
- 20% da arrecadação do recém criado IPMF
- adicional de 3% sobre o lucro e 0,75% da receita operacional bruta dos bancos.
- 100% do Imposto de Renda do funcionalismo público.

Após estes ajustes fiscais emergenciais estava pronta para a implantação da segunda fase do Plano Real.

4.3 Reforma Monetária

A segunda fase foi de março a julho de 1994 com foco na reforma Monetária. A inflação inercial seria eliminada com a indexação de uma moeda – com a idéia central na proposta de Larida – foi criada a URV (Unidade Real de Valor) no dia 1º de março de 1994, esta plenamente indexada.

A principal função da URV era equilibrar os preços relativos da economia brasileira e coordenar as expectativas inflacionárias. Esta Unidade era indexada pela variação dos seguintes índices:

- IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado), calculado pela FGV (Fundação Getúlio Vargas).
- IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado), calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de geografia e Estatística).
- IPC (Índice de Preços ao Consumidor), Calculado pela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas).

A economia do Brasil continuou apenas com a utilização de uma moeda: o Cruzeiro Real. A URV servia apenas como unidade de conta e não tinha a função da moeda como meio de troca. Para manter a paridade com a URV o Banco Central do Brasil se comprometeu a vender dólares sempre que a paridade URV/Dólar fosse igual a 1, sem interferir quando o dólar reduzisse seu valor. Esse mecanismo ficou conhecido como banda cambial assimétrica e no Brasil o teto determinado pelo Banco Central foi de 1 URV para a variação do dólar.

Para finalizar a segunda parte do plano e completar a reforma monetária, em 1º de julho de 1994, a URV foi transformada em uma nova moeda – o Real. Agora com as funções de meio de troca e reserva de valor. A paridade de troca com a antiga moeda ficou em 1 Real para 2.750 Cruzeiros Reais, valor relativo a 1 URV em 30 de junho de 1994 (Portugal, 1996).

Por fim após este período de implantação do Plano Real, o FMI viu com bons olhos a política efetuada pela equipe de Fernando Henrique Cardoso e voltou atrás em sua idéia inicial e assinou um acordo com o Brasil referente a dívida externa brasileira com o próprio FMI. Este acordo colocava o Brasil dentro do esquema de equacionamento da dívida externa dos países da América Latina e possibilitava que o Brasil renegociasse a dívida externa com algumas vantagens, como desconto sobre o valor presente através de redução do principal ou da taxa de juros.

4.4 A Âncora Cambial

A terceira e última fase de implantação do Plano Real foi a implantação de uma âncora cambial que se deu no mês de julho de 1994. A publicação da medida provisória de número 542 visava a continuidade do Plano Real, regulando as condições de emissão e de lastreamento do mesmo.

Para Modenesi (2005) entre as principais medidas contempladas estão: (a) a adoção de metas para a base monetária com alteração prevista de até 20% efetuada por meio do conselho monetário Nacional (CMN); (b) o lastro da base monetária se daria em reservas internacionais; (c) estabelecimento fixo de uma paridade entre Real e Dólar, que poderia ser alterada somente pelo CMN; (d) as alterações do CMN foram: a transferência para o congresso Nacional da competência de emitir moeda e a modificação em sua composição; por fim a criação de meios de comunicação para facilitar o monitoramento das políticas monetárias efetuadas pelos poderes executivo e legislativo, que visava a adaptação para o maior grau de liberdade pretendido para o Banco Central do Brasil (BCB).

A adoção das referidas metas de base monetária não foi possível de ser adotada pelo BCB no primeiro período visto a forte redução na velocidade-renda de circulação da moeda após o corte da inflação e conseqüente estabilização dos preços. Devido a Elevação da demanda por encaixes monetários, o Banco Central ficou incapacitado de antecipar o volume de oferta monetária.

Visto que em um sistema de câmbio fixo e perfeita mobilidade de capitais a moeda é endógena e a taxa de juros doméstica depende da internacional. No Brasil foi necessário escolher uma das duas âncoras. Nos primeiros meses do plano adotou-se a premissa de regularizar a base monetária do país antes de fixar a âncora cambial.

A âncora cambial começou com a política cambial de julho de 1994, caracterizada pelo regime de flutuação cambial, sem a intervenção do Banco Central, o Real se valorizou devido a alta entrada de capital do exterior. Por fim entre outubro de 1994 e fevereiro de 1995 o Banco Central controlou a demanda e oferta de dólares para manter o Real numa paridade que perdurou o período com 0,84 Real para cada dólar. Após este período o Brasil foi obrigado a desfazer esta paridade visto a crise mexicana de 1994 que acabou por reduzir as reservas internacionais do Brasil devido à escassez de capital no mercado.

Em seguida foi adotado as chamadas minibandas em 1995. O governo efetuou leve desvalorização do real e impôs barreiras a certos produtos importados para evitar a variação da moeda nacional. Neste período a moeda tinha uma banda onde ela podia variar de acordo com a idéia do Banco Central. No final do ano de 1995 houve novos ajustes do real que foram sistemáticos para acompanhar a elevação da taxa de câmbio.

Por fim, mudaram as chamadas minibandas para a banda rastejante que perpetuou até janeiro de 1999 a qual era bastante semelhante as minibandas, porém sofria desvalorizações periódicas.

Em suma a abertura econômica (que forçou os produtores nacionais a melhorarem seus métodos de produção e competitividade) aliada aos incentivos a importação de bens de consumo ajudaram a manter a taxa de câmbio dentro das bandas cambiais propostas pelo Banco Central.

4.5 A Política Fiscal

Como visto anteriormente, foi efetuado medidas para compensar o aumento do déficit do governo com o final da inflação. Porém os ajustes efetuados pelo PAI e FSE não foram o suficiente para sanear o caixa do governo. A política principal era a manutenção dos preços efetuados por meio de rígido controle monetário e política fiscal expansionista, como consequência

destes atos o governo acumulou déficit no resultado primário e o principal que foi o controle da inflação. Também foi necessário manter as taxas de juros elevadas para compensar as expectativas negativas (risco país e taxa de câmbio) para manter o capital estrangeiro no país.

Segundo Giambiagi e Moreira (1999) houve mais um agravante para prejudicar a balança comercial. O aumento no número de aposentados – principalmente servidores públicos- bem como o reajuste dado em 1995 para o salário mínimo que numa expectativa inflacionária passada, foi reajustada com um percentual bem acima da inflação do período e também a piora da situação fiscal dos estados.

Em 1995 começou uma reforma fiscal para sanear a balança governamental, que era focada em reformas constitucionais. Fora aprovadas uma série de medidas para conter o déficit fiscal. Na metade deste ano foi retomado no país o Programa nacional de Desestatização com a venda da Escelsa, que com as receitas extraordinárias das vendas deu uma queda no déficit. Outro fator importante das vendas de certas empresas estatais encontra-se no fato das dívidas que estas empresas possuíam (geradas em outros momentos) passaram para o novo dono.

Pode-se citar o exemplo da siderurgia onde o valor gerado pela privatização foi de US\$ 5.561,40 milhões e o valor das dívidas transferidas foi de US\$ 2.626,30 milhões (Portugal 1996). Ou seja, o valor reduzido da dívida pública chega a quase 50% do valor de venda da empresa. Por sua vez, o Governo comprou lastros para emitir títulos de longo prazo para reduzir e aumentar o prazo da rolagem da dívida pública.

A política econômica adotada deste período foi de endividamento público para conseguir manter o Real e o país em harmonia. A dívida pública federal chegou a R\$ 623 bilhões em dezembro de 2002, contra os R\$ 76 bilhões em 1994. Em termos de PIB, a dívida chegou a 56% em 2002 contra os 30% do PIB 1994. A abertura economia do país e a valorização do real (mantido elevado pelo Banco Central) fez com que a balança comercial e o balanço de

pagamentos em conta corrente se deteriorassem. Este desequilíbrio persistia também devida as remessas de lucros ao exterior bem como as despesas com os juros da dívida externa contribuía para o agravamento da situação.

O setor fiscal ficou abalado com a introdução do Plano Real. Seguidos déficits fiscais eram anunciados visto a altíssima taxa de juros praticada no país para manter os investimentos externos e conter as taxas de inflação. As reformas praticadas pelo governo não foram o suficiente para conter os crescentes gastos governamentais. O valor do déficit público chegou ao patamar de R\$ 78,9 bilhões em 1998 como mostra a tabela 8 abaixo. Outro dado alarmante foi a necessidade de financiamento do setor público que aumentou 13 vezes passando de 0,4% entre 1991 e 1994 e passou para 5,2% entre 1995 e 1998, como mostra a tabela 9.

Tabela 8 - Déficit do setor público brasileiro 1994-1998 (R\$ milhões)

	1994	1995	1996	1997	1998
Nominal	94.175	47.010	45.741	53.232	78.898
Operacional*	-3.997	32.263	29.218	37.499	75.751
Primário	-18.207	-1.737	740	8.309	8.720
Juros reais	14.210	34.000	28.478	29.189	67.031
PIB**	355.567	631.662	778.820	886.827	901.073

*Deflator utilizado foi o IGP-DI

** PIB a preços correntes

Fonte: Portugal e Azevedo 1996

Tabela 9 - Necessidade de financiamento do setor público (% PIB)

Composição	Média 1991-1994	Média 1995-1998	Diferença	
NFSP		0,4	5,2	4,8
Déficit Primário*		-2,9	0,2	3,1
Juros Reais		3,3	5,0	1,7

* (-) = superávit

Fonte: Giambiagi e Moreira (1999, p.28)

Ao observar as tabelas 8 e 9, pode-se constatar o caráter expansionista da política fiscal, que para fomentar a implantação da política do Real, ampliou os seus gastos

4.6 Crises internacionais

Durante a implantação e primeiros anos do Plano Real existiram crises em outros países que afetaram diretamente o Brasil, e conseqüentemente a política econômica.

4.6.1 Crise do México

A crise do México gerou desconfiança internacional que diminuiu a oferta de financiamento externo, o que levou o Brasil a adotar uma política monetária restritiva por parte do Banco Central que aumentou os compulsórios dos bancos para 30% ainda criou novos compulsórios para títulos privados que ultrapassassem o estoque de depósitos a prazo.

A crise mexicana, juntamente com as baixas taxas de inflação, fez com que os bancos brasileiros entrassem em crise. Ainda sob a adaptação do acordo da Basiléia que começaria a vigorar a partir de 30 de abril de 1996, previa que os bancos deveriam ter patrimônio líquido igual ou superior a 8% dos ativos emprestados. Diversos pequenos bancos fecharam as portas, bem como alguns bancos estaduais entraram em regimes de administração especial. Alguns bancos estaduais como o Banespa e Banerj foram privatizados, bem como alguns bancos privados foram comprados por outros bancos (Chesnais, 1998)..

Visto a Crise dos Bancos foi criado o Programa de Reestruturação do sistema Financeiro Nacional (Proer), com o intuito de socorrer os bancos em crise. Este programa era uma linha de crédito oferecida pelo Banco Central com o lastro em depósitos compulsórios que visava a fusão entre os bancos.

4.6.2 Crise da Ásia

A crise da Ásia que ocorreu entre 1997 e 1998 afetou novamente o Brasil, com os países em crise diminuindo as suas importações a balança comercial do Brasil novamente ficou com déficit elevado. Além disso, esta crise causou a queda das principais commodities no mercado internacional e também provocou desaquecimento da economia mundial.

Com a crise asiática aliada a questão da abertura comercial acentuada no país, as empresas brasileiras sofriam para acompanhar a forte concorrência de empresas estrangeiras (Portugal, 2000). Depois de seguidos anos com a moeda nacional sobre valorizada o déficit em transações correntes subia a cada ano como mostra a tabela 10 abaixo.

Tabela 10 Balanço de Pagamentos Brasil 1993 a 1998 US\$ Bilhões

	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Balança						
Comercial	13.307	10.466	-3.352	-5.554	-8.357	-6.409
Exportações	38.563	43.545	46.506	47.747	52.990	51.120
Importações	25.256	33.079	49.858	53.301	61.347	57.529
Serviços						
(líquido)	-15.585	-14.743	-18.594	-20.483	-27.288	-30.351
Juros	-8.280	-6.338	-8.158	-9.173	-10.390	-11.948
Outros*	-7.305	-8.405	-10.436	-11.310	-16.899	-18.403
Transferências						
unilaterais	1.686	2.588	3.974	2.900	2.216	1.778
correntes	-592	-1.689	-17.972	-23.136	-33.430	-34.982
Em % do PIB	-0,14	-0,3	-3,2	-3,25	-4,16	-4,48

*Inclui lucros e reinvestimentos

Fonte: Portugal e Azevedo (2000)

Visto as crises do México e da Ásia, o Brasil necessitava uma mudança na condução da política econômica para equilibrar as contas públicas e o setor externo.

4.6.3 Crise da Rússia

O Brasil começou uma mudança gradual na política econômica, e ao longo de 1998 as taxas de juros caíram bem como o risco país. Porém a crise russa que declarou moratória e criou uma desconfiança no mercado financeiro internacional que afetou o Brasil com elevado desastre.

O Brasil se viu obrigado a negociar com o FMI, o que necessitou o dispêndio de elevada quantidade de reservas. O acordo previa uma série de medidas:

- a) um forte ajuste fiscal
- b) Uma política monetária rígida
- c) Um pacote de ajuda externa de US\$ 42 bilhões
- d) Manutenção da política Cambial

Sobre o Brasil pairava o temor de que a economia ia seguir a Rússia, México e a Ásia e sofreria uma grande crise, mas após a negociação com o FMI este temor diminuiu, mas voltaria com grande força quando o estado de Minas Gerais decretou moratória da dívida com a União.

Estes fatores mostraram que o regime de âncora cambial não demonstrava a mesma eficiência apresentada no início do plano. Mesmo contendo a inflação, os seguidos déficits do balanço de pagamentos tornaram-se insustentáveis. A moeda sobre valorizada desde o início do plano, mantida também pela altíssima taxa de juros do país necessitava voltar ao patamar de equilíbrio, visto que estava com um ônus muito grande, como por exemplo, o aumento da dívida líquida do setor público.

De acordo que deveria haver uma mudança em relação ao regime de metas cambiais, o governo sabia do risco de volta da inflação. O risco aumentou quando o Banco Central começou a ter muita dificuldade para conter os ataques especulativos contra a moeda nacional. Com a expectativa de desvalorização do Real, o Banco Central teve que vender quantidades elevadas de reservas internacionais para conter a taxa de câmbio.

Com o atual cenário o governo decidiu flexibilizar a política. Após a troca de presidente do Banco Central, o novo presidente Francisco Lopes determinou a banda cambial com o piso em 1,20 reais para cada dólar e teto em 1,32 reais para cada dólar. A partir deste período as bandas cambiais seriam atualizadas a cada três dias por meio da taxa média de referencial de venda, a denominada PTAX800.

Esta estratégia não deu resultado, visto que no dia seguinte a adoção da idéia, o dólar bateu no teto da banda, mesmo com intervenção do Banco Central com a venda de reservas internacionais. Após estas tentativas ficou claro que não poderia seguir com a chamada banda diagonal endógena (Modanesi, 2005).

4.7 Metas de inflação

Após o Brasil passar por um período com estabilidade na taxa de inflação utilizando o regime de bandas cambiais e depois de certas ocorrências em âmbito mundial, como as crises apresentadas acima, o país se viu obrigado a adotar uma nova âncora. O Banco Central por sua vez alterou a taxa de câmbio para flutuante e permitiu que o mercado a regulasse para o equilíbrio.

Segundo Averbug (2000) um dos temores que gerou a desvalorização do real frente ao dólar era que a inflação daria um salto. Este temor não se transformou em realidade, visto que o país fechou o ano com uma inflação de 8,9%. A manutenção da taxa de juros básica do país elevada teve grande contribuição para manter a inflação sob controle.

Em março de 1994, Armínio Fraga Neto assumiu a presidência do Banco Central e adotou o regime de metas de inflação. Também na primeira reunião do Conselho de Política Monetária do Banco Central (COPOM) foi decidida uma taxa de juros básica de 45% a.a., diferentemente da variação permitida até então da taxa SELIC.

Para Modanesi (2005) fica claro que a política monetária adotada pelo Brasil foi marcada por elementos que focam as metas de inflação. Pode-se citar o anúncio de uma meta de médio prazo para a inflação, o anúncio de estabilidade de preços para o longo prazo na economia, a menor importância de políticas intermediárias e a maior transparência na política monetária.

Apenas em junho de 1999 que o regime de metas de inflação foi oficialmente anunciado. O Conselho Monetário Nacional (CMN) passou a divulgar e fixar metas para a inflação com uma taxa de variação, inflação que seria medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Inicialmente foi divulgada metas para os cinco próximos anos de 1999 a 2003: [6,0%, 10,0%], [4,0%, 8,0%], [2,0%, 6,0%], [1,5%, 5,5%] e [1,25%, 5,25%].

O COPOM² passou a emitir seus relatórios e até uma semana após a sua reunião trimestral – prazo que era de até três meses. Também foi criado o Relatório de inflação, onde se observava os objetivos, limitações e medidas de política monetárias adotadas pelo Banco Central, os resultados de medidas passadas e a avaliação do comportamento da inflação.

O Banco Central dispõe de um meio de manobra para manter as metas de inflação: a taxa SELIC. O Banco Central, por meio da taxa SELIC, controla as expectativas de inflação e as mantém num patamar esperado, elevando-a caso exista expectativa de inflação alta ou diminuindo em caso de inflação abaixo do esperado.

Para Modanesi, (2005) a SELIC age sobre a inflação de cinco formas: a) estrutura a termo da taxa de juros; b) taxa de câmbio, c) pelas expectativas; d) pelo crédito; e) preço dos ativos. Por meio destas cinco formas a alteração da SELIC promove uma mudança nas expectativas futuras e decisões de

² Comitê de Política Monetária. O Copom foi instituído em 20 de junho de 1996, com o objetivo de estabelecer as diretrizes da política monetária e de definir a taxa de juros. A criação do Comitê buscou proporcionar maior transparência e ritual adequado ao processo decisório, a exemplo do que já era adotado pelo Federal Open Market Committee (FOMC) do Banco Central dos Estados Unidos e pelo Central Bank Council, do Banco Central da Alemanha(Banco Central, 2010).

investimento e de consumo de bens duráveis, e por consequência a demanda agregada e o nível de preços.

É possível perceber o sucesso da política de metas de inflação visto os dados da tabela 11, onde os valores de inflação ficaram dentro os valores determinados pelo CMN, ou um pouco acima do teto – a exceção do ano de 2002.

Tabela 11 - Histórica de metas de inflação no Brasil

Histórico de Metas para a Inflação no Brasil

Ano	Norma	Data	Meta (%)	Banda (p.p.)	Limites Inferior e Superior (%)	Inflação Efetiva (IPCA % a.a.)
1999			8	2	6-10	8,94
2000	Resolução 2.615	30/6/1999	6	2	4-8	5,97
2001			4	2	2-6	7,67
2002	Resolução 2.744	28/6/2000	3,5	2	1,5-5,5	12,53
2003 ^{1/}	Resolução 2.842	28/6/2001	3,25	2	1,25-5,25	
	Resolução 2.972	27/6/2002	4	2,5	1,5-6,5	9,30
2004 ^{1/}	Resolução 2.972	27/6/2002	3,75	2,5	1,25-6,25	
	Resolução 3.108	25/6/2003	5,5	2,5	3-8	7,60
2005	Resolução 3.108	25/6/2003	4,5	2,5	2-7	5,69
2006	Resolução 3.210	30/6/2004	4,5	2	2,5-6,5	3,14
2007	Resolução 3.291	23/6/2005	4,5	2	2,5-6,5	4,46
2008	Resolução 3.378	29/6/2006	4,5	2	2,5-6,5	5,90
2009	Resolução 3.463	26/6/2007	4,5	2	2,5-6,5	4,31
2010	Resolução 3.584	1/7/2008	4,5	2	2,5-6,5	
2011	Resolução 3.748	30/6/2009	4,5	2	2,5-6,5	

^{1/} A Carta Aberta, de 2/10/2003, estabeleceu metas ajustadas de 8,5% para 2003 e de 5,5% para 2004.

Fonte: Banco Central do Brasil (2010)

Conforme dados do Banco Central (2010) do histórico de taxa SELIC, mostra que o COPOM teve que estabelecer uma taxa de 45% a.a. logo na primeira reunião, que depois cairia até o patamar de 15,25% a.a em fevereiro de 2001 voltando a subir até 26,5% a.a. em janeiro de 2003 devido a alta da inflação em 2002.

4.8 Desenvolvimento Econômico do Período do Plano Real

O desenvolvimento econômico, conforme especificado anteriormente, diferencia-se do simples crescimento econômico. Existe a possibilidade de crescimento sem melhora no desenvolvimento.

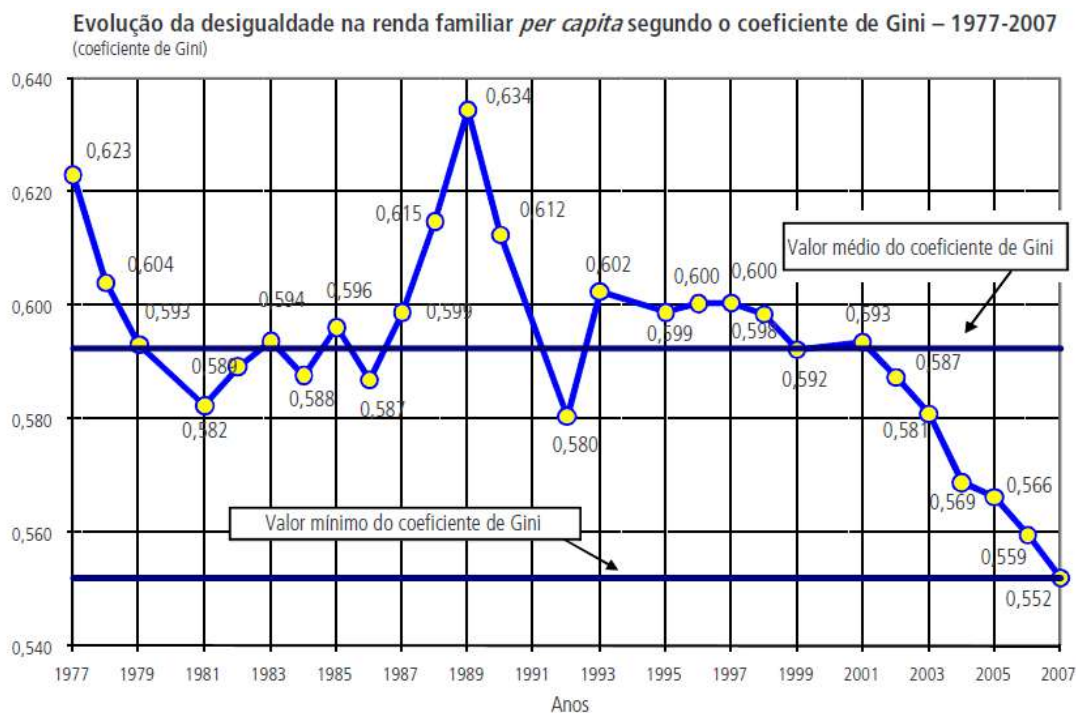
Segundo Barros (2010) o coeficiente de Gini, alcançou seu índice mais baixo em 30 anos no Brasil.

Para Barros (página 9, 2010):

“A despeito do lento crescimento econômico, a renda dos mais pobres cresceu substancialmente e, por conseguinte, os níveis de pobreza e de extrema pobreza declinaram. Só para se ter uma idéia da importância do declínio na desigualdade de renda para a melhoria das condições de vida dos mais pobres, a redução na extrema pobreza foi três vezes mais rápida do que o necessário para o país atingir a primeira Meta de Desenvolvimento do Milênio em 2015”.

Entretanto a renda brasileira continua com grande concentração. Atividades como o programa Bolsa Família que beneficia mais de 11 milhões de famílias (Governo Federal, 2010), ou seja, quase 50 milhões de pessoas (um quarto da população brasileira) permitem que pessoas pobres ou miseráveis, possuam uma renda complementar de até R\$ 120,00, o que na maioria das vezes tiram estas da situação de miséria ou de pobreza (pessoas pobres com renda de até 2 dólares por dia, pessoas miseráveis com renda de até 1 dólar por dia - segundo o critério da ONU).

Gráfico 2 – Evolução da desigualdade na renda familiar per capita

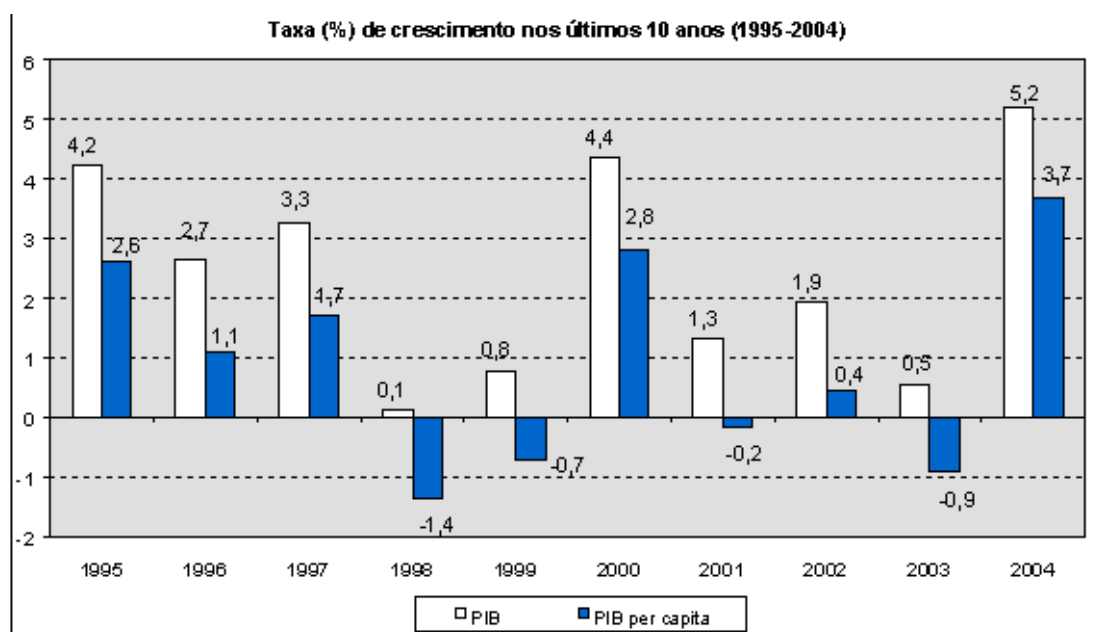


O gráfico 2 mostra a partir do plano Cruzado em 1985 o coeficiente de Gini aumentou chegando ao pico em 1989, as vésperas do plano Collor. Foi apenas durante o período do plano Real que o coeficiente de Gini, após manter-se estável nos primeiros quatro anos, pode ser reduzido visto a estabilidade perdurando por um tempo prolongado, o que possibilitou a adoção de medidas com o intuito de melhorar a distribuição de renda no país, que chegou à sua menor disparidade em 2007(Barros, 2010).

Nos anos em que o Brasil sofria com as altas taxas de inflação que não permitiam a atuação das políticas econômicas, visto a adoção de novos planos econômicos em razão da falência dos anteriores. Neste período de mudança de rumos nas políticas do país, o desenvolvimento freou e até regrediu em alguns períodos como demonstra o gráfico 2 e a tabela 12.

O crescimento econômico também é de fundamental importância para o desenvolvimento. Contudo o Brasil não obteve grandes taxas de crescimento do PIB durante o Plano Real.

Gráfico 3 – Taxa (%) de crescimento do PIB e PIB per capita nos últimos anos (1995-2004)



Fonte: IBGE(2010)

O Gráfico 3 mostra que em quatro dos dez primeiros anos de plano Real houve queda no PIB *per capita*, o que se tornou um empecilho para o desenvolvimento no país. Segundo dados do IBGE, o Brasil cresceu 2,3% em 2005, 3,7% em 2006, 5,4% em 2007, em 2008 5,1% e fechou o ano de 2009 com uma leve queda de 0,2% no PIB visto a crise internacional. O governo federal por meio do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) busca alavancar o crescimento do país e por meio de políticas sociais como o programa bolsa família, que só é doado aos pais que matriculam os filhos nas escolas e obtêm frequência mínima, para fazer o país crescer e se desenvolver.

Tabela 12 Principais indicadores de desenvolvimento econômico no Brasil de 1990 a 2008

Informe (IDH)			Indicadores, Índices e IDH del Brasil								
Ano de Informe	Ranking del Brasil	Total de países	Espera-za de vida	Índice de Saúde	Tasa de alfabetización(%)	Tasa de matrícula	Índice de Educação	PIB (PPA em USD)		Índice de Renda	IDH do Brasil
								<i>per capita</i>	<i>per capita ajustado</i>		
1990	80°	130	65,0	0,650	78,0	-	0,740	4.307	-	0,963	0,784
1991	60°	160	65,6	0,645	78,5	33*	0,726	4.620	4.620	0,905	0,759
1992	59°	160	65,6	0,645	81,1	39*	0,623	4.951	4.851	0,952	0,739
1993	70°	173	65,6	0,645	81,1	39*	0,623	4.718	4.718	0,924	0,730
1994	63°	173	65,8	0,680	82,1	40*	0,637	5.240	5.142	0,953	0,756
1995	63°	174	66,3	0,688	81,9	70	0,779	5.240	5.142	0,943	0,804
1996	58°	174	66,5	0,692	82,4	72	0,789	5.500	5.500	0,909	0,796
1997	68°	175	66,4	0,690	82,7	72	0,791	5.362	5.362	0,872	0,783
1998	62	174	66,6	0,693	83,3	72	0,795	5.982	5.982	0,938	0,809
1999	79°	174	66,8	0,700	84,0	80	0,830	6.480	-	0,700	0,739
2000	74°	174	67,0	0,700	84,5	84	0,840	6.625	-	0,700	0,747
2001	69°	162	67,5	0,710	84,9	80	0,830	7.037	-	0,710	0,750
2002	73°	173	67,7	0,710	85,2	80	0,830	7.625	-	0,720	0,757
2003	65°	175	67,8	0,710	87,3	95	0,900	7.360	-	0,720	0,777
2004	72°	177	68,0	0,720	86,4	92	0,880	7.770	-	0,730	0,775
2005	63°	177	70,5	0,760	88,4	91	0,890	7.790	-	0,730	0,792
2006	69°	177	70,8	0,760	88,6	86	0,880	8.195	-	0,740	0,792
2007/08	70°	177	71,7	0,779	88,6	87,5	0,883	8.402	-	0,740	0,800

Fonte: PNUD (2010)

Outros fatores que são parâmetros para se auferir o desenvolvimento sócio-econômico cresceram durante a vigência do Plano Real. A expectativa de vida aumentou quase 10 anos de 1994 a 2007, bem como a taxa de alfabetização que beira 90% da população brasileira, com crescimento na ordem de 10% entre 1990 e 2008, conforme mostra tabela 12. Isto pode ser

atribuído, em parte, pelo menos, a auxílios de programas de incentivo como a bolsa família, dentre outros.

Esses índices aumentaram devido a políticas específicas como a dos postos de saúdes e de escola para todos, que são importantes, juntamente com a previdência social para ampliar a qualidade e por conseqüência a expectativa de vida. Visto a melhoria no atendimento à saúde (mesmo que necessite melhoras) e com a criação dos antigos programas vale-gás, bolsa escola, dentre outros que hoje foram unificados e transformados no programa bolsa família, que garante auxílio em espécie para pais que matriculem seus filhos na escola e comprovem a freqüência dos mesmos. Esta políticas sociais refletem diretamente nos indicadores de desenvolvimento econômico criado pela ONU.

Outro fator de extrema importância para auferir o desenvolvimento de um país é o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) que chegou ao patamar de 0,8 (num máximo de 1,0) e colocou o Brasil no grupo de países com alto desenvolvimento sócio-econômico. O IDH por sua vez é um cálculo feito a partir da expectativa de vida, taxa de mortalidade infantil, renda per capita, taxa de alfabetização e da taxa de matrícula.

Tabela 13 – Indicadores de pobreza e extrema pobreza no Brasil – 2001-2007

Indicadores de pobreza e extrema pobreza no Brasil – 2001-2007
(Em %)

Indicadores	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Variação 2001-2007 (em p.p.)
Pobreza								
Porcentagem de pobres	38,6	38,2	39,3	36,8	34,1	29,6	28,0	-10,7
Hiato de pobreza	18,0	17,2	18,1	16,1	14,6	12,3	11,8	-6,2
Severidade da pobreza	11,1	10,3	11,0	9,6	8,5	7,1	7,0	-4,1
Extrema pobreza								
Porcentagem de extremamente pobres	17,4	16,4	17,4	15,0	13,2	10,7	10,2	-7,2
Hiato de extrema pobreza	7,4	6,6	7,2	6,0	5,2	4,3	4,5	-3,0
Severidade da extrema pobreza	4,6	3,9	4,4	3,6	3,1	2,6	2,9	-1,7

Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 2001 a 2007.

Obs.: O hiato de pobreza e a severidade da pobreza estão expressos em múltiplos da linha de pobreza.

Estão sendo utilizadas as linhas de pobreza regionalizadas considerando a média nacional para a pobreza de R\$ 175,15 e para a extrema pobreza, de R\$ 87,57.

Durante o período de estabilidade proporcionado pelo Plano Real, os governantes do Brasil efetuaram políticas que permitiram a queda na desigualdade de renda no país. Os dados da tabela 13 mostram que houve queda da porcentagem de pobres, do hiato da pobreza e de miseráveis (severamente pobres).

Tabela 14: Média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais, por categorias selecionadas (1992-2007)

Categorias	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
15 anos ou mais														
Brasil	5,2	5,3	5,5	5,7	5,7	5,9	6,1	6,4	6,5	6,7	6,8	6,9	7,1	7,3
Norte	5,4	5,3	5,5	5,6	5,7	5,8	6,1	6,3	6,5	6,6	6,2	6,4	6,6	6,8
Nordeste	3,8	4,0	4,1	4,3	4,3	4,5	4,6	4,9	5,1	5,3	5,5	5,6	5,8	6,0
Sudeste	5,8	6,0	6,2	6,3	6,4	6,6	6,7	7,1	7,2	7,4	7,5	7,6	7,8	8,0
Sul	5,6	5,7	5,9	6,1	6,1	6,3	6,5	6,7	7,0	7,2	7,3	7,4	7,6	7,6
Centro-Oeste	5,4	5,5	5,6	5,8	6,0	6,1	6,2	6,5	6,8	6,9	7,1	7,2	7,4	7,5
Localização														
Urbano Metropolitano	6,6	6,7	6,9	7,0	7,1	7,3	7,4	7,6	7,8	8,0	8,1	8,2	8,5	8,5
Urbano Não-Metropolitano	5,4	5,4	5,6	5,8	5,9	6,0	6,2	6,4	6,6	6,8	6,9	7,0	7,2	7,3
Rural	2,6	2,8	2,9	3,1	3,1	3,3	3,4	3,4	3,6	3,8	4,0	4,1	4,3	4,5
Sexo														
Masculino	5,1	5,2	5,4	5,6	5,6	5,8	5,9	6,2	6,4	6,6	6,7	6,8	7,0	7,1
Feminino	5,2	5,4	5,6	5,7	5,8	6,0	6,2	6,5	6,7	6,8	7,0	7,1	7,3	7,4
Raça ou Cor														
Branca	6,1	6,2	6,4	6,5	6,7	6,8	7,0	7,3	7,4	7,6	7,7	7,8	8,0	8,1
Negra	4,0	4,1	4,3	4,5	4,5	4,7	4,9	5,2	5,5	5,7	5,8	6,0	6,2	6,3
Faixa Etária														
10 anos ou mais	4,9	5,0	5,2	5,3	5,4	5,6	5,8	6,1	6,2	6,4	6,5	6,6	6,8	6,9
15 a 24 anos	5,8	5,9	6,2	6,3	6,5	6,8	7,0	7,4	7,7	8,0	8,1	8,3	8,4	8,5
25 a 29 anos	6,5	6,6	6,7	6,8	6,9	7,0	7,2	7,5	7,7	8,0	8,1	8,4	8,7	8,9
30 a 39 anos	6,1	6,2	6,4	6,6	6,7	6,8	6,8	7,0	7,2	7,3	7,5	7,6	7,8	7,9
40 anos +	3,8	3,9	4,2	4,3	4,4	4,6	4,7	5,0	5,2	5,3	5,4	5,5	5,7	5,9

Fonte: Microdados da PNAD (IBGE).

Elaboração: DISOC/IPEA.

Nota: ¹A PNAD não foi realizada em 1994 e 2000.

²Raça negra é composta de pretos e pardos.

³A partir de 2004 a PNAD passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

A tabela 14 salienta o desenvolvimento social do país, visto que em todas as faixas etárias analisadas, houve um crescimento contínuo durante o período do Plano Real na quantidade de anos de estudo. Também é observado

que não faz diferença entre gênero ou cor, mesmo que a população negra possua menos anos de instrução, estas quantidades de anos cresceram mais de 50% durante o período analisado (CDES, 2008).

Apenas com programas específicos que visem a melhoria da instrução da população poderia ocorrer um aumento generalizado – visto que aumentou em todas as regiões do país - durante um período de quinze anos.

Tabela 15 – taxa de freqüência a escola, segundo faixas etárias Brasil(1992-2007)

Faixa Etária	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
0 a 3 anos	-	-	7,6	7,4	8,1	8,7	9,2	10,6	11,7	11,7	13,4	13,0	15,5	17,1
4 a 6 anos	54,1	57,8	53,5	53,8	56,3	57,9	60,2	65,6	67,0	68,4	70,5	72,0	76,0	77,6
7 a 14 anos	86,6	88,6	90,2	91,2	93,0	94,7	95,7	96,5	96,9	97,2	97,1	97,3	97,6	97,6
15 a 17 anos	59,7	61,9	66,6	69,4	73,3	76,5	78,5	81,1	81,5	82,4	81,9	81,7	82,2	82,1
18 a 24 anos	22,6	24,9	27,1	28,4	29,4	32,1	33,9	34,0	33,9	34,0	32,2	31,6	31,7	30,9
25 a 29 anos	5,8	6,4	7,0	7,6	8,5	9,4	10,4	12,3	12,5	12,9	12,5	12,5	13,0	12,4

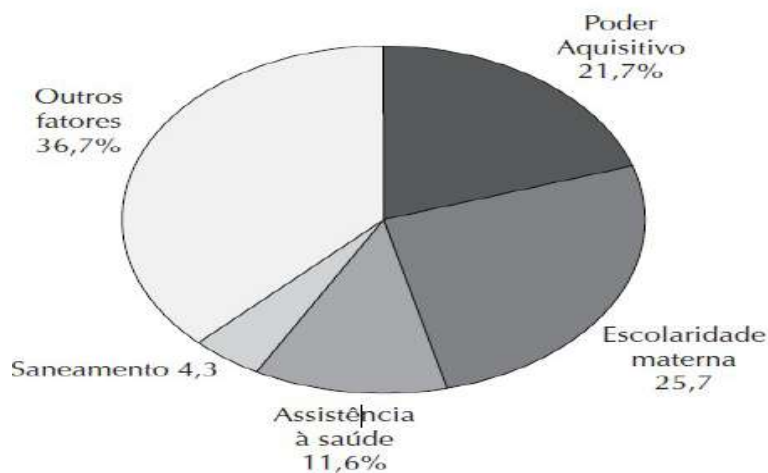
Fonte: Microdados do PNAD (IBGE). Elaboração: DISOC/IDEA.

Notas: 1. A PNAD não foi realizada em 1994 e 2000. 2. Raça negra é composta de pretos e pardos.
3. A partir de 2004 a PNAD passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Obs.: Nas pesquisas de 1992 e 1993 a freqüência à escola era investigada apenas para pessoas com 5 anos ou mais de idade.

Além de aumentar a quantidade em anos de instrução, a freqüência dos alunos as salas de aula também cresceu, reflexo de políticas de conscientização da população sobre a educação, ou mesmo do programa bolsa Família que obriga a criança a freqüentar a escola e obter freqüência mínima (CDES, 2008).

Gráfico 4: Participação relativa de fatores para declínio da desnutrição infantil entre 1996 a 2007 no Brasil



* Excluído o Norte rural.

Fonte: Monteiro (2008)

Segundo Monteiro (2008) o aumento da escolaridade, bem como o de poder aquisitivo (renda), juntamente com a assistência a saúde são essenciais para que as crianças cresçam nutridas. Portanto o aumento nos demais fatores de desenvolvimento sócio-econômico, permitiu que a mortalidade infantil caia juntamente com a taxa de subnutridos no país.

Conforme foi mostrado ao longo do capítulo o período de vigência do Plano Real permitiu que o governo do Brasil efetuasse políticas que visam, além do crescimento econômico, o desenvolvimento sócio-econômico. Foram apresentados diversos índices de desenvolvimento e em todos houve um crescimento no Brasil. Em dados que apresentam uma maior discriminação, como regiões, cor e gênero, também houve um crescimento generalizado dos indicadores.

5 Conclusão

A implementação do Plano Real certamente foi determinante para a estabilização econômica do país a partir de 1994. As diversas tentativas de planos que afundaram após breves períodos de contenção de inflação trouxeram uma perspectiva de um futuro ruim para o país. Com o Plano Real, houve queda da inflação logo após seu lançamento e esta perdurou com uma baixa porcentagem pelos anos seguintes.

A implantação do plano veio acompanhada de alguns efeitos negativos para a economia nacional. Pode-se observar um baixo desempenho do PIB e um aumento na dívida pública, muito em razão das altas taxas de juros básicos aplicadas no país neste período. O PIB limitou-se a um crescimento de 3,0% em média de 1994 a 1998, já a dívida líquida do setor público em proporção ao PIB chegou a um crescimento de 30% no mesmo período.

Para manter a taxa de inflação sob controle, o Plano Real baseou sua política econômica na taxa de câmbio, após equipara a URV com o dólar americano, passou para a nova moeda, o Real, e o manteve com uma banda cambial que girava em torno de um real para um dólar, enquanto isso a taxa de juros era mantida elevada para equilibrar o balanço de pagamentos. Também efetuou-se uma política monetária restritiva para controlar a demanda agregada doméstica.

O Banco Central sobrevalorizou a moeda nacional de 1994 a 1999 para manter a estabilidade de preços, isso se dava visto o controle exercido pelo Banco Central para manter a taxa de câmbio dentro da banda cambial estipulada pela equipe econômica. Esta sobrevalorização deteriorava o balanço de pagamentos, visto que o real valorizado estimulava importações e desestimulava as exportações.

Já a política fiscal do Plano foi expansionista até o final do regime de banda cambial. O ajuste fiscal se dava por programas como o PAI, FSE e das

reformas setoriais, porém estes subterfúgios não foram suficientes para tornar as contas públicas positivas. Estas políticas causaram um endividamento grande ao Brasil que crescer no período de 1994 a 1998, mesmo que a receita tenha sido aumentada pelos programas de ajuste fiscal, porém os gastos careceram a uma taxa mais rápida.

Após as crises internacionais o Brasil se obrigou a mudar a âncora cambial para as metas de inflação e, portanto mudar suas políticas econômicas. Com a mudança a taxa de câmbio passou a ser flutuante e seria importante para equilibrar a balança de pagamentos, enquanto a taxa de juros seria o alicerce para manter a inflação dentro das metas previstas.

A política monetária continuou contracionista, com a taxa de juros como termômetro para conter a inflação, caso ela tivesse pressão para aumentar, aumentava-se a taxa de juros para contê-la.

Após efetuar acordo com o FMI, o Brasil ficou obrigado a efetuar uma política fiscal restritiva, com redução de gastos públicos e aumento nas arrecadações. O acordo previa que o país deveria obter austeridade fiscal no triênio de 1999/2001 com base em resultados primários positivos. Contudo a elevação necessária da taxa de juros básica para manter a inflação sob controle trouxe um prejuízo na dívida líquida pública, que saltou de 44,53% do PIB em 1999, para 50,46% em 2002.

Contudo após a flexibilização da taxa de câmbio, o Real se desvalorizou frente a moeda externa e permitiu uma reação do setor exportador que trouxe um resultado positivo na balança de comercial. Esta chegou a um superávit de US\$ 302 milhões em 2002.

Por fim, mesmo com os prejuízos mencionados acima causados pela política econômica efetuada durante o Plano Real, foi muito importante a estabilidade econômica que o Plano trouxe ao país. Após quase dez anos de diversas tentativas de frear a inflação e obter uma estabilidade na econômica, para então obter o desenvolvimento sócio-econômico. Foi apenas com o Plano

Real que o Brasil pode obter um lugar nos países com um índice de desenvolvimento alto nos padrões da ONU.

Conforme os relatórios mais recentes da ONU e PNUD, o Brasil melhorou em todos os quesitos durante o Plano Real, desde saúde, educação, renda, enfim, o governo nacional conseguiu efetuar políticas de inclusão após a estabilidade econômica estar presente no país.

Bibliografia

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares **Crise Econômica Interesses Organizados**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo (1996)

AVERBUG, André e GIAMBIAGI, Fabio. **A crise brasileira de 1998/1999 – origens e conseqüências**. Rio de Janeiro: BNDES, 2000

BARROS de CASTRO, Antônio **A reestruturação industrial brasileira nos anos 90. Uma interpretação**, Revista de Economia Política, vol 21, 2001.

CARNEIRO, Carlos **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**, São Paulo: UNESP, IE – Unicamp, 2002.

CARVALHO, Carlos E. **As origens e a gênese do Plano Collor**, Nova Economia 2006.

CHESNAIS, François (Coord.). **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (CDES). Observatório da Equidade; **Relatório de observação**, Brasília, DF, n. 3, 2008.

FALCÃO SILVA, Maria L. **Plano Real e âncora cambial**. Revista de Economia Política, vol. 22, 2002.

FISCHER, S. **Long-term contracts, rational expenctations and money supply rule**. Journal os political economy, Chicago, 1977).

FMI, **Wolrd Outlook**, 1991

FRIEDMAN, Milton. **The role os monetary policy**. América Economic rewiew, Nashville, V. 58, nº 1, 1969.

FROYEN, Richard T. **Macroeconomia**. São Paulo: Saraiva, 1999.

GIAMBIAGI, Fabio; MOREIRA, Maurício. **A economia brasileira nos anos 90**. Rio de Janeiro: BNDES, 1999

GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, andré. **Economia brasileira contemporânea**. Rio de janeiro: Campus, 2005.

HOFFMAN, R. **Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) **Pesquisa nacional por amostra de domicílios** – 1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007. (Microdados).

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Políticas sociais: acompanhamento e análise; **Boletim de políticas sociais**, Brasília, DF, n. 13, mar. 2006.

MANKIV, N Gregory. **Macroeconomia**. Rio de Janeiro: LTC, 1995

MARQUES, Rosa M. **O Plano cruzado: teoria e prática**. Revista de Economia Política, vol. 08, nº 3 1988.

MODANESI, André de Melo. **Regimes monetários: teoria e experiência do Real**. Barueri: Manole, 2005.

MODIANO, E. A ópera dos três Cruzados: 1985 – 1989. In: ABREU, M.P. **A ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889 – 1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

MONTEIRO, Carlos A. **Causas do declínio da desnutrição infantil no Brasil, 1996-2007**. BVSDE, 2008.

PINHO, D.B.; VASCONCELOS, M. (orgs) **Manual de economia**. São Paulo: Saraiva, 2004.

PORTUGAL, Marcelo; AZEVEDO, André F. Z. **economia aberta: ensaios sobre fluxos de capitais, câmbio e exportação**. Viçosa: UFV, 2000

PORTUGAL, Marcelo et alii (e outros) **A economia do Real**; Ortiz, 1996

REGO, José Márcio **Coleção: Economia - Volume 16** São Paulo: Paz e Terra, 1986.

RESENDE, A. L. **A moeda indexada: uma proposta para eliminar a inflação inercial**. PUC Rio de Janeiro, 1984.

SACHS, Jeff; LARRAIN, Felipe. **Macroeconomia em uma economia global**. Makron Books, São Paulo, 2000.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. 11 ed.. São Paulo: Best Seller, 2002

SOUZA, Nali de J. de. **Desenvolvimento econômico**. 5 ed.. São Paulo: Atlas, 2009.

VERSIANI, Flávio; OHANA, Francisco. **Índices de Preços**, Universidade de Brasília, 2005.

WILLIAMSON, John **The Washington Consensus as policy prescription for development**, The Peterson Institute for International Economics, 2004.

ZINI JUNIOR, Álvaro A. **Três estudo sobre inflação, taxa de câmbio e reforma monetária no Brasil**. São Paulo, Dissertação apresentada para o concurso de Livre – Docência na FEA – USP, 1993.

www.pnud.org.br/ PNUD Brasil 2010

www.fgv.br/ - FGV 2010

www.ibge.gov.br IBGE 2010)

www.bcb.gov.br/ bcb, 2010).

<http://www.romafactor.com/historico/igpm.htm>